

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	37
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	39
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	41
2.5 Medições não contábeis	42
2.6 Eventos subsequentes as DFs	43
2.7 Destinação de resultados	44
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	46
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	47
2.10 Planos de negócios	48
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	49
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	50
5.2 Descrição dos controles internos	56
5.3 Programa de integridade	65
5.4 Alterações significativas	68
5.5 Outras informações relevantes	69

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os valores constantes neste item 2.1 foram extraídos das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das nossas contas patrimoniais constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas nossas demonstrações financeiras sobre a situação financeira. A nossa Diretoria não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou um prejuízo líquido e EBITDA Ajustado de, respectivamente, R\$519,4 milhões e R\$57,9 milhões. Os investimentos em aquisição de imobilizado e ativo intangível no exercício totalizaram R\$75,5 milhões e a Dívida Líquida (que corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, arrendamentos a pagar, circulante e não circulante, e instrumentos financeiros, passivo circulante, deduzidos dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, ativo circulante e não-circulante, e instrumentos financeiros, ativo circulante) em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$1.096,5 milhões.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou um prejuízo líquido e EBITDA Ajustado de, respectivamente, R\$ 93,0 milhões e R\$ 280,9 milhões. Os investimentos em aquisição de imobilizado e ativo intangível no exercício totalizaram R\$ 81,8 milhões e a Dívida Líquida (que corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, arrendamentos a pagar, circulante e não circulante, e instrumentos financeiros, passivo circulante, deduzidos dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, ativo circulante e não-circulante, e instrumentos financeiros, ativo circulante) em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 1.120,8 milhões.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou um prejuízo líquido e EBITDA Ajustado recorrente de, respectivamente, R\$ 498,9 milhões e R\$ 49,4 milhões negativos. Os investimentos em aquisição de imobilizado e ativo intangível no exercício totalizaram R\$ 47,2 milhões e a Dívida Líquida (que corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, arrendamentos a pagar, circulante e não circulante, e instrumentos financeiros, passivo circulante, deduzidos dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, ativo circulante e não-circulante, e instrumentos financeiros, ativo circulante) em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 892,5 milhões.

Adicionalmente, demonstramos abaixo os índices de liquidez da Companhia:

(em R\$ mil, exceto índices)	Em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Ativo Circulante	1.572.060	1.726.927	1.738.232
Estoques	384.560	369.329	274.877
Passivo Circulante	1.441.183	1.441.638	1.472.508
Índice de Liquidez Corrente ⁽¹⁾	1,09	1,20	1,18
Índice de Liquidez Seca ⁽²⁾	0,82	0,94	0,99

(1) No período entre 31 de dezembro de 2020 e de 2022 o índice de liquidez corrente apresentou retração, passando de 1,18 em 31 de dezembro de 2020 para 1,09 em 31 de dezembro de 2022.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- (2) O índice de liquidez seca também apresentou retração, passando de 0,99 em 31 de dezembro de 2020 para 0,82 em 31 de dezembro de 2022. Esta variação ocorreu principalmente em virtude do aumento de empréstimos e financiamentos e arrendamentos a pagar.

b) Comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022 foi de R\$872,7 milhões, R\$859,0 milhões e R\$ 517,2 milhões, respectivamente. A redução no patrimônio líquido da Companhia deriva do prejuízo do exercício de 2022 e também dos ajustes realizados de exercícios anteriores, conforme divulgado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente com as suas atividades. Além disso, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a estrutura de capital da Companhia é composta em sua maioria por capital de terceiros, conforme apresentado na tabela abaixo.

A Companhia monitora sua estrutura de capital com base no índice de porcentagem de capital de terceiros, conforme abaixo:

	Em 31 de dezembro de		
(em R\$ mil, exceto %)	2022	2021	2020
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	2.587.768	2.493.443	2.434.239
Capital próprio (patrimônio líquido)	517.184	859.005	872.687
Total do passivo e do patrimônio líquido (capital de terceiros + capital próprio)	3.104.952	3.352.448	3.306.926
% Capital de Terceiros	83%	74%	74%
% Capital Próprio	17%	26%	26%

c) Comentários dos Diretores sobre a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

	Em 31 de dezembro de		
(em R\$ mil)	2022	2021	2020
Ativo Circulante	1.572.060	1.726.927	1.738.232
Passivo Circulante	1.441.183	1.441.638	1.472.508
Capital circulante líquido	130.877	285.289	265.724

	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
(em R\$ mil)	2022	2021	2020
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	495.970	154.140	214.757

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Administração entende que a geração operacional de caixa da Companhia, associada ao criterioso processo decisório para investimentos e gestão eficiente do capital de giro são suficientes para a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

Além dos fatores mencionados acima, em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia, a gestão prudente do risco de liquidez implica na manutenção de um caixa mínimo desejável, a fim de manter um conforto na relação entre disponibilidades líquidas e compromissos financeiros assumidos.

Não obstante, a Companhia também dispõe de acesso à novos recursos, mediante captação por meio de linhas de crédito bancárias, além do próprio acesso ao mercado de capitais, se assim for desejável.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Captamos recursos por meio de contratos financeiros, quando necessário, os quais são aplicados em nossa necessidade de capital de giro e investimentos de curto e de longo prazo, além da manutenção de nosso caixa em níveis que julgamos necessários para a execução de nossas atividades.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou um caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de R\$ 496,0 milhões, representando uma variação positiva de R\$341,8 milhões, se comparado ao mesmo período do ano anterior. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou uma Dívida Líquida (que corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos e arrendamentos a pagar, circulante e não circulante, e instrumentos financeiros, passivo circulante, deduzidos dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros, circulante e não circulante) de R\$ 1.096,5 milhões, representando uma redução de R\$ 24,4 milhões, se comparado a 31 de dezembro de 2021, devido, principalmente, às modificações contratuais em arrendamentos a pagar e pagamentos de empréstimos no decorrer do exercício de 2022.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou um caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de R\$ 154,1 milhões, representando uma variação negativa de R\$ 60,6 milhões, se comparado ao mesmo período do ano anterior. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou uma Dívida Líquida (que corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos e arrendamentos a pagar, circulante e não circulante, e instrumentos financeiros, passivo circulante, deduzidos dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros, circulante e não circulante) de R\$ 1.120,9 milhões, representando um aumento de R\$ 228,3 milhões, se comparado a 31 de dezembro de 2020, devido, principalmente, (i) às modificações contratuais em arrendamentos a pagar no decorrer do exercício de 2021, bem como (ii) em razão de maior captação de recursos com instituições financeiras conforme rubrica “Empréstimos e financiamentos”.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou um caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de R\$ 107,0 milhões, representando uma variação negativa de R\$ 49 milhões, se comparado ao mesmo período do ano anterior. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou uma Dívida Líquida (que corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos e arrendamentos a pagar, circulante e não circulante, e instrumentos financeiros, passivo circulante, deduzidos dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros, circulante e não circulante) de R\$ 885,6 milhões, representando um aumento de R\$ 149,1 milhões, se comparado a 31 de dezembro de 2019, devido, principalmente, (i) às modificações contratuais em arrendamentos a pagar no decorrer do exercício de 2020, bem como (ii) em razão de maior captação de recursos com instituições financeiras conforme rubrica “Empréstimos e financiamentos”.

Adicionalmente, somos uma Companhia de capital aberto com ações listadas e negociadas em bolsa de valores, de forma que contamos com mais esta fonte de capital, se necessário e em linha com os interesses de nossos acionistas, para suportar nosso plano de crescimento.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Administração não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. No entanto, para cobertura de eventual deficiência de liquidez para investimentos em capital de giro e ativos não-circulantes, podemos captar recursos junto ao mercado de capitais e/ou instituições financeiras. Acreditamos, portanto, que contamos com amplas e diversificadas alternativas para financiamento de nossas operações.

f) Níveis de endividamento e características das dívidas

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Abaixo seguem breves descrições dos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia que estavam vigentes em 31 de dezembro de 2022:

FINAME

Os Financiamentos de Máquinas e Equipamentos do Banco Itaú Unibanco S.A. ("Finame") prestado com a Companhia foi celebrado em 28 de maio de 2015 e possui vencimento em 15 de dezembro de 2024. As taxas de juros são de 9,5% ao ano. O referido contato possui prazo de amortização de 36 parcelas, mensais. O Finame conta com garantia de alienação fiduciária de equipamentos e/ou bens financiados.

FINEP

O Contrato de Financiamento entre a Financiadora de Estudos e Projetos – Finep e a Companhia foi celebrado em 19 de setembro de 2019 e possui vencimento em 15 de outubro de 2023. A taxa do referido contrato é de 5% ao ano título spread, reduzidos por equalização equivalente a 1% ao ano. A amortização ocorrerá em 61 parcelas mensais e conta com garantia de fiança bancária por meio de contrato de fiança celebrado em 05 de novembro de 2020 entre o Banco Safra S.A. (fiador) e a Companhia, com vencimento em 05 de novembro de 2021. Referido contrato de fiança conta com taxa de juros remuneratório (comissão) de 2,0% ao ano e garantia em aplicação de 40% do valor original da Fiança (R\$ 16.325.666,59), após as amortizações periódicas a Fiança foi renovada em 07/11/2022 pelo valor de R\$ 8.402.890,78 e conta com colateral em aplicação de 40% do referido valor.

Notas Promissórias

As notas promissórias da Companhia foram emitidas no âmbito da 1ª emissão da Companhia, em 10 series, de um total de 40 notas promissórias comerciais, sendo 4 notas comerciais por série. As notas promissórias foram emitidas em 4 de setembro de 2019 e possuem vencimento entre 23 de janeiro de 2020 e 25 de julho de 2022, sendo a 10ª e última série liquidada de forma antecipada em 23/11/2022. A taxa de juros é de 1,75% + CDI ao ano e as notas contam com garantia de aval da Club e garantia real sobre cessão fiduciária de direitos creditórios relacionados a recursos, fundos recebíveis, direitos e todos os direitos decorrentes efetuados por usuários de cartões de crédito e/ou débito das bandeiras Mastercard e Visa, bem como direitos relacionados à contas vinculadas em Contrato de Prestação de Serviços de Depositário, por meio de Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças firmado entre o Banco Safra S.A., a Companhia e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. Para mais informações sobre as notas promissórias de emissão da Companhia, vide item 12.4 deste Formulário de Referência.

Nota Comercial

Referem-se a 1ª (primeira) emissão da Companhia de notas comerciais escriturais de série única com prazo de vencimento a (dois) anos. A Emissão é composta por 50.000 (cinquenta mil) Notas Comerciais Escriturais, todas com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), totalizando, portanto, R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). As notas comerciais foram emitidas em 23 de maio de 2022 e vencimento em 23 de maio de 2024. A taxa de juros é de 2,80% + CDI ao ano e as notas contam com garantia de aval da Club e garantia real sobre cessão fiduciária de direitos creditórios relacionados a recursos, fundos recebíveis, direitos e todos os direitos decorrentes efetuados por usuários de cartões de crédito e/ou débito da bandeira Mastercard, bem como direitos relacionados à contas vinculadas em Contrato de Prestação de Serviços de Depositário, por meio de Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças firmado entre o Banco Safra S.A., a Companhia e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Letra de Câmbio – Pós Fixada

A letra de câmbio representa operação pulverizada estabelecida entre a controlada Sax S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("Sax") e a XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("XP"). Neste tipo de operação a Sax recebe, diariamente, o volume investido pelos clientes por meio da plataforma da XP, sendo que, em seguida, é efetuado o cadastro das operações na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos Privados – Cetip na qual referidas operações poderão seguir com data de vencimento entre 2 e 3 anos contados a partir da data de cadastro, conforme a escolha do investidor, razão pela qual não é possível precisar data de vencimento para esse tipo de operação. Não existe qualquer garantia nas operações conforme Termo de Adesão às Condições Operacionais de Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários da XP e a taxa de juros varia entre 115,00 % e 128,00% do CDI.

CCB – Padrão Caixa Econômica Federal

O contrato entre a Marisa Lojas S/A e a Caixa Econômica Federal ("CEF") foi celebrado em 19 de maio de 2020 com vencimento em 19 de maio de 2022. A taxa do referido contrato é de 100,00% do CDI + 4,03% aa. O pagamento de Juros é mensal a partir de 19 de junho de 2020 e amortização mensal a partir de 21 de dezembro de 2020, conta com garantia fiduciária de direitos creditórios de Depósitos / Aplicação Financeira de 25% do saldo devedor. (Foi feito uma novação em 14/05/2021 conforme abaixo).

Novação do contrato entre a Marisa Lojas S/A e a Caixa Econômica Federal ("CEF") em 14 de maio de 2021 alterando o vencimento para 15 de maio de 2023. A taxa do referido contrato é de 100,00% do CDI + 5,66% aa. O pagamento de Juros é mensal a partir de 14 de junho de 2021 e amortização mensal a partir de 14 de fevereiro de 2022, conta com garantia fiduciária de direitos creditórios de Depósitos / Aplicação Financeira de 35% do saldo devedor.

Segunda Novação do contrato entre a Marisa Lojas S/A e a Caixa Econômica Federal ("CEF") em 18 de maio de 2022 alterando o vencimento para 20 de maio de 2024. A taxa do referido contrato é de 100,00% do CDI + 5,91% aa. O pagamento de Juros é mensal a partir de 20 de junho de 2022 e amortização mensal a partir de 19 de dezembro de 2022, conta com garantia fiduciária de direitos creditórios de Depósitos / Aplicação Financeira de 35% do saldo devedor.

Res. 4131 – Banco Santander S/A (Brasil) LUXEMBOURG BRANCH

O contrato entre a Marisa Lojas S/A e o Banco Santander S/A (Brasil) LUXEMBOURG BRANCH foi celebrado em 20 de março de 2020 com vencimento em 15 de março de 2021. A taxa do referido contrato é 100,00% do CDI + 3,60% aa. O referido contrato conta Aval da Club Administradora de Cartões de Crédito Ltda e Standby Letter of Credit emitida pelo mesmo prazo da operação através do Banco Santander Brasil S/A que cobra o comissionamento de 0,20% sobre o valor da Garantia.

Aditamento do contrato entre a Marisa Lojas S/A e o Banco Santander S/A (Brasil) LUXEMBOURG BRANCH em 15 de março de 2021 com vencimento em 15 de março de 2022. A taxa do referido contrato é 100,00% do CDI + 4,46% aa. O referido contrato conta Aval da Club Administradora de Cartões de Crédito Ltda e Standby Letter of Credit emitida pelo mesmo prazo da operação através do Banco Santander Brasil S/A que cobra o comissionamento de 0,20% sobre o valor da Garantia.

Em 01/11/2022 Marisa Lojas S/A e o Banco Santander S/A (Brasil) celebraram a renovação da Operação de Res.4131 pelo prazo de 12 meses com amortização e juros mensal já a partir de 01/12/2022. A taxa é de 100,00% do CDI + 5,04% aa. O referido contrato conta Aval da Club Administradora de Cartões de Crédito Ltda e Standby Letter of Credit emitida pelo mesmo prazo da operação através do Banco Santander Brasil S/A que cobra o comissionamento de 0,44 % sobre o valor da Garantia.

Res. 4131 – Banco Bradesco S/A NEW YORK BRANCH

O contrato entre a Marisa Lojas S/A e o Banco Bradesco S/A NEW YORK BRANCH foi celebrado em 31 de março de 2021 com vencimento em 15 de setembro de 2023. A taxa do referido contrato é variação cambial + 1,95% a.a. + comissão stand by 2,30% a.a. foi contrato um swap onde a empresa fica ativa a variação cambial + 4,5901% a.a. e a empresa fica passiva 100% do CDI + 4,78% a.a. com pagamento de juros trimestral a partir de 29/06/2021 e principal mais juros 25/03/2022.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Operação conta com garantia real na proporção de 65% do saldo devedor atualizado composto por aplicação + agenda de bandeira elo.

CCB FGI – Banco Safra S/A

O contrato entre a Marisa Lojas S/A e o Banco Safra S/A foi celebrado em 04 de novembro de 2020 com vencimento em 04/11/2025. A taxa do referido contrato é 100,00% do CDI + 3,91% aa. O pagamento de juros é mensal a partir de 04 de dezembro de 2020 e amortização mensal a partir de 06 de dezembro de 2021, esta operação conta Constituição de Nova Garantia Prevista na Circular AST Nº 21/2020 do BNDES – Fundo Garantidor para Investimentos (FGI) – Percentual da Garantia 80% (oitenta por cento).

CCB FGI – Banco Daycoval S/A

O contrato entre a Marisa Lojas S/A e o Banco Daycoval S/A foi celebrado em 05 de novembro de 2020 com vencimento em 05/11/2024. A taxa do referido contrato é 100,00% do CDI + 6,80% aa. O pagamento de juros é mensal a partir de 07 de dezembro de 2020 e amortização mensal a partir de 07 de junho de 2021, esta operação conta Constituição de Nova Garantia Prevista na Circular AST Nº 21/2020 do BNDES – Fundo Garantidor para Investimentos (FGI) – Percentual da Garantia 80%(oitenta por cento) e também com cessão fiduciária de aplicações financeiras equivalente a 20% do valor da captação.

CCB FGI – Banco Industrial S/A

O contrato entre a Marisa Lojas S/A e o Banco Industrial S/A foi celebrado em 05 de novembro de 2020 com vencimento em 05/11/2024. A taxa do referido contrato é 100,00% do CDI + 7,31% aa. O primeiro pagamento de juros será em 07/06/2021 e depois semestral a partir de 05 de novembro de 2021 e amortização semestral a partir de 06 de dezembro de 2021, esta operação conta Constituição de Nova Garantia Prevista na Circular AST Nº 21/2020 do BNDES – Fundo Garantidor para Investimentos (FGI) – Percentual da Garantia 80%(oitenta por cento).

CCB FGI – Banco BOCOM BBM S/A

O contrato entre a Marisa Lojas S/A e o Banco BOCOM BBM S/A foi celebrado em 05 de novembro de 2020 com vencimento em 05/11/2025. A taxa do referido contrato é 100,00% do CDI + 3,00% aa. O pagamento de juros é semestral a partir de 07 de junho de 2021 e amortização semestral a partir de 05 de novembro de 2021, esta operação conta Constituição de Nova Garantia Prevista na Circular AST Nº 21/2020 do BNDES – Fundo Garantidor para Investimentos (FGI) – Percentual da Garantia 80% (oitenta por cento).

CCB FGI – Banco Alfa S/A

O contrato entre a Marisa Lojas S/A e o Banco Alfa S/A foi celebrado em 06 de novembro de 2020 com vencimento em 06/11/2023. A taxa do referido contrato é 100,00% do CDI + 5,50% aa. O pagamento de juros é mensal a partir de 07 de dezembro de 2020 e amortização mensal a partir de 07 de junho de 2021, esta operação conta Constituição de Nova Garantia Prevista na Circular AST Nº 21/2020 do BNDES – Fundo Garantidor para Investimentos (FGI) – Percentual da Garantia 80% (oitenta por cento) e também com cessão fiduciária de aplicações financeiras equivalente a 30% do valor da captação.

CCB FGI – Banco Itaú BBA S/A

O contrato entre a Marisa Lojas S/A e o Banco Itaú BBA S/A foi celebrado em 18 de novembro de 2020 com vencimento em 02/12/2024. A taxa do referido contrato é de 10,56% aa. O pagamento de juros é mensal a partir de 29 de junho de 2021 e amortização mensal a partir de 30 de agosto de 2021, esta operação conta Constituição de Nova Garantia Prevista na Circular AST Nº 21/2020 do BNDES – Fundo Garantidor para Investimentos (FGI) – Percentual da Garantia 80%(oitenta por cento) e também com Aval da Max Participações Ltda.(MBank)

CCB FGI – Banco ABC Brasil S/A

O contrato entre a Marisa Lojas S/A e o Banco ABC BRASIL S/A foi celebrado em 23 de novembro de 2020 com vencimento em 25/11/2024. A taxa do referido contrato é 100,00% do CDI + 5,40% aa. O pagamento de juros é mensal a partir de 23 de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

dezembro de 2020 e amortização mensal a partir de 23 de junho de 2021, esta operação conta Constituição de Nova Garantia Prevista na Circular AST Nº 21/2020 do BNDES – Fundo Garantidor para Investimentos (FGI) – Percentual da Garantia 80% (oitenta por cento) e também com cessão fiduciária de aplicações financeiras da Registrada Marcas Patentes e Royalties equivalente a 20% do valor da captação.

CCB Padrão – Banco ABC Brasil S/A

O contrato entre a Marisa Lojas S/A e o Banco ABC BRASIL S/A foi celebrado em 09 de março de 2021 com vencimento em 25/08/2023. A taxa do referido contrato é 100,00% do CDI + 4,95% aa. O pagamento de juros é trimestral a partir de 07 de junho de 2021 e amortização mais juros trimestral a partir de 03 de março de 2022, e garantia real sobre cessão fiduciária de direitos creditórios relacionados a recursos, fundos recebíveis, direitos e todos os direitos decorrentes efetuados por usuários de cartões de crédito e/ou débito da bandeira Visa, bem como direitos relacionados à contas vinculadas em Contrato de Prestação de Serviços de Depositário, por meio de Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças firmado entre o Banco ABC Brasil S.A. (equivalente a 70% do saldo devedor).

NOVA CCB Padrão – Banco ABC Brasil S/A

O contrato entre a Marisa Lojas S/A e o Banco ABC BRASIL S/A no valor de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), foi celebrado em 25 de agosto de 2022 com vencimento em 10/02/2025. A taxa do referido contrato é 100,00% do CDI + 4,95% aa. O pagamento de principal + juros é mensal a partir de 22 de setembro de 2022 e, garantia real sobre cessão fiduciária de direitos creditórios relacionados a recursos, fundos recebíveis, direitos e todos os direitos decorrentes efetuados por usuários de cartões de crédito e/ou débito da bandeira Visa, bem como direitos relacionados à contas vinculadas em Contrato de Prestação de Serviços de Depositário, por meio de Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças firmado entre o Banco ABC Brasil S.A. (equivalente a 70% do saldo devedor).

NOVA CCB Padrão – Banco Industrial S/A

O contrato entre a Marisa Lojas S/A e o Banco Industrial S/A no valor de R\$ 17.000.000,00 (dezesete milhões de reais), foi celebrado em 14 de outubro de 2022 com vencimento em 14/10/2025. A taxa do referido contrato é 100,00% do CDI + 6,29% aa. O pagamento de principal + juros é mensal a partir de 14 de novembro de 2022 e, garantia real sobre aplicação financeira (CDB), na proporção de 40% do saldo devedor.

CCB Padrão - Banco Fibra S/A

O contrato entre a Marisa Lojas S/A e a Banco Fibra S/A foi celebrado em 30 de dezembro de 2021 com vencimento em 31 de março de 2023. A taxa do referido contrato é de 100,00% do CDI + 6,29% aa. O pagamento de juros é mensal a partir de 31 de janeiro de 2022 e amortização mensal a partir de 02 de maio de 2022, conta com aval da M Cartões Adm de Crédito Ltda.

CDB (Certificado de Depósito Bancário) – Pré Fixada

A captação via Certificado de Depósito Bancário Pré Fixado representa operação pulverizada estabelecida entre a controlada M Pagamentos S.a. Crédito, Financiamento e Investimento (“Mbank”) e a XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“XP”), BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“BTG”), Genial Investimentos Corretora de Valores Mobiliários S.A. (“Genial”), Vítreo Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A (“Vítreo”) e Itaú Corretora de Valores S/A (“Itaú”).

Neste tipo de operação a M Pagamentos recebe, diariamente, o volume investido pelos clientes por meio das plataformas da XP, BTG, Genial, Vítreo e Itaú sendo que, em seguida, é efetuado o cadastro das operações na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos Privados – Cetip na qual referidas operações poderão seguir com data de vencimento entre 2 e 3 anos contados a partir da data de cadastro, conforme a escolha do investidor, razão pela qual não é possível precisar data de vencimento para esse tipo de operação. Estas Operações contam com a Garantia do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) onde mensalmente a M Pagamentos recolhe 0,01% sobre saldo devedor atualizado a título de contribuição. A taxa de juros para estas operações varia entre 6,15 % aa e 15,70%aa.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

CDB (Certificado de Depósito Bancário) – Pós Fixada

A captação via Certificado de Depósito Bancário Pós Fixado representa operação pulverizada estabelecida entre a controlada Sax S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("Sax") e a XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("XP"), Btg Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("BTG"), Genial Investimentos Corretora de Valores Mobiliários S.A. ("Genial"), Vitreo Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Vitreo") e Itaú Corretora de Valores S/A ("Itaú").

Neste tipo de operação a M Pagamentos recebe, diariamente, o volume investido pelos clientes por meio das plataformas da XP, BTG e Genial, sendo que, em seguida, é efetuado o cadastro das operações na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos Privados – Cetip na qual referidas operações poderão seguir com data de vencimento entre 2 e 3 anos contados a partir da data de cadastro, conforme a escolha do investidor, razão pela qual não é possível precisar data de vencimento para esse tipo de operação. Estas Operações contam com a Garantia do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) onde mensalmente a M Pagamentos recolhe 0,01% sobre saldo devedor atualizado a título de contribuição. A taxa de juros para estas operações varia de 116,00% a 150,00% do CDI.

LC (Letra de Câmbio) – Pré Fixada

A captação via Letra de Câmbio Pré Fixado representa operação pulverizada estabelecida entre a controlada Sax S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("Sax") e a XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("XP"). Neste tipo de operação a Sax recebe, diariamente, o volume investido pelos clientes por meio da plataforma da XP, sendo que, em seguida, é efetuado o cadastro das operações na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos Privados – Cetip na qual referidas operações poderão seguir com data de vencimento entre 2 e 3 anos contados a partir da data de cadastro, conforme a escolha do investidor, razão pela qual não é possível precisar data de vencimento para esse tipo de operação. Estas Operações contam com a Garantia do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) onde mensalmente a SAX recolhe 0,01% sobre saldo devedor atualizado a título de contribuição. A taxa de juros para estas operações varia entre 4,70 % aa e 8,20 %aa.

(ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui quaisquer outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com a Lei nº 11.101/2005: (i) créditos trabalhistas; (ii) créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado; (iii) créditos tributários; (iv) créditos com privilégio especial conforme previsto na Lei nº 11.101/2005; (v) créditos com privilégio especial conforme previsto na Lei nº 11.101/2005; (vi) créditos quirografários; (vii) multas e penas pecuniárias; e (viii) créditos subordinados.

Nenhuma das dívidas financeiras da Companhia e de suas controladas existentes em 31 de dezembro de 2022 possui cláusula específica contratual de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. Assim, o grau de subordinação entre as dívidas financeiras da Companhia e de suas controladas segue o quanto determinado na legislação em vigor e nas garantias constituídas.

(iv) restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

FINAME

Itaú Unibanco S.A.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Na Cédula de Crédito Bancário firmada com o Banco Itaú Unibanco S.A. ("Itaú Unibanco"), são consideradas causas de vencimento antecipado: (i) falta de cumprimento pela Companhia e/ou por quaisquer avalistas coobrigados, no prazo e pela forma devidos, de qualquer obrigação, principal ou acessória, contraída junto ao Itaú Unibanco em decorrência da cédula ou em qualquer outro instrumento celebrado pela Companhia e/ou por quaisquer avalistas coobrigados com o Itaú Unibanco e/ou com qualquer outra empresa ligada/coligada/controlada e/ou controladora, de forma direta e/ou indireta, do/pelo Itaú Unibanco; (ii) se houver alteração ou modificação da composição do capital social da Companhia e/ou de qualquer dos avalistas coobrigados, ou se ocorrer qualquer mudança, transferência ou a cessão, direta ou indireta, do controle societário/acionário da Companhia e/ou de qualquer dos avalistas coobrigados, ou ainda (iii) a incorporação, fusão ou cisão da Companhia e/ou de quaisquer dos avalistas coobrigados, sem a prévia e expressa anuência do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES, exceto se a referida operação societária for realizada dentro do mesmo grupo econômico da Companhia e/ou dos avalistas coobrigados; e (iv) mudança ou alteração do objeto social da Companhia, ou de qualquer avalista coobrigado, de forma a alterar as atuais atividades principais da Companhia, ou do respectivo avalista coobrigado, ou a agregar a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades atualmente desenvolvidas.

Banco Alfa Investimentos S.A.

No Contrato de Abertura de Crédito firmado com o Banco Alfa de Investimentos S.A. ("Banco Alfa") são consideradas causas de vencimento antecipado: (i) o não pagamento de qualquer valor devido, no respectivo vencimento, que acarreta na rescisão do contrato e autoriza o Banco Alfa a considerar vencida a totalidade do débito, englobando valores vencidos e vincendos, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação, com direito de exigir, de imediato, a liquidação total do débito da beneficiária final; (ii) não cumprir qualquer obrigação aqui pactuada, bem como qualquer outra obrigação sua com o Banco Alfa ou com qualquer empresa do conglomerado alfa; e (iii) sofrer modificação na sua composição acionária, no seu controle direito ou indireto, reorganização societária (fusão, cisão, incorporação, transformação) e/ou alteração de seu objeto social que coloque em risco o seu crédito.

Banco do Brasil S.A.

No Contrato de Abertura de Crédito Fixo firmado com o Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil") são consideradas causas de vencimento antecipado: (i) transferirem o controle de seu capital sem a expressa concordância do financiador, considerando, outrossim, para os efeitos penais, todos os atos praticados pela financiada que importarem violação das obrigações assumidas no financiamento; (ii) se a Companhia não pagar pontualmente quaisquer das prestações previstas neste instrumento, ou se não dispuser de saldo suficiente, nas datas dos seus respectivos vencimentos, para que o Banco do Brasil promova os lançamentos contábeis destinados às suas respectivas liquidações, poderá o Banco do Brasil considerar vencidas antecipadamente, de pleno direito, todas as demais parcelas ainda vincendas, e exigir o total da dívida delas resultante, independentemente de aviso extrajudicial ou interpelação judicial, caso a prestação em atraso não seja paga no prazo máximo de até 05 dias úteis a partir de seu vencimento original.

FINEP

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP

No Contrato de Financiamento, firmado com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, são consideradas causas de vencimento antecipado: (i) alteração do controle efetivo, direito ou indireto, da Companhia, sem prévia e expressa anuência da FINEP; e (ii) inadimplemento, por parte da Companhia, de outras obrigações assumidas no contrato.

Banco Santander (Brasil) S.A.

No contrato firmado com o Banco Santander (Brasil) S.A. e a Club, são consideradas hipóteses de vencimento antecipado: (i) a mudança de controle da Contratante; (ii) a situação em que a Contratante não cumpra com qualquer das obrigações do contrato; e (iii) não pagamento da dívida principal do contrato; (iv) um pedido é feito ou uma resolução efetiva é aprovada para intervenção, liquidação, insolvência ou dissolução ou a Contratante deixe de continuar os seus negócios ou operações, exceto com a finalidade e após uma reconstrução, fusão, reorganização, incorporação ou cisão, segundo a qual todos os ativos e empreendimento relevantes (incluindo as obrigações representadas nesta nota) são assumidos pelo sucessor da

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Contratante; e (v) a Contratante, suas afiliadas ou o garantidor devem ter adimplido o pagamento do principal ou dos juros de qualquer um dos seus respectivos endividamentos, quando vencidos, seja por vencimento programado, pré-pagamento, demanda ou exigido de qualquer outro modo, ou qualquer outro incumprimento deve ter ocorrido nos termos de qualquer instrumento ou acordo que comprove ou estabeleça termos e condições aplicáveis a qualquer um dos seus respectivos endividamentos, ou qualquer outro evento que ocorra ou exista condição, se o efeito de tal inadimplência, condição ou evento for causar ou permitir que o titular ou titulares de tal endividamento (ou qualquer pessoa agindo em nome desse titular ou desses titulares) faça com que esse endividamento se torne vencido antes de sua data de vencimento, ultrapassando o valor mínimo de R\$ 10.000.000,00.

Nota Comercial

Na nota comercial emitida pela Companhia são consideradas causas de vencimento antecipado: 7.1.1.(a) inadimplemento, pela Companhia e/ou pela avalista, de qualquer obrigação pecuniária relativa ao Termo de Emissão e/ou no contrato de cessão fiduciária, na respectiva data de pagamento, não sanado no prazo de 2 dias úteis contados da data do respectivo inadimplemento; (f) cisão, fusão, incorporação de ações e/ou quotas, conforme aplicável, ou qualquer forma de reorganização societária direta ou indireta envolvendo a Companhia, a avalista e/ou qualquer controlada, ou ainda a transformação do tipo societário da Companhia, exceto se tal operação mantiver a Companhia, como controladora do grupo econômico; (iii) qualquer alteração do controle societário direto ou indireto da Companhia; (g) qualquer alteração no controle societário direto ou indireto da Emitente; ou qualquer alteração no controle societário direto ou indireto da Avalista, exceto se mantida a Emitente como, pelo menos, Controladora indireta da Avalista; (h) redução do capital social da Emitente e/ou da Avalista sem o expresse consentimento dos Titulares das Notas Comerciais Escriturais, exceto se para absorção de prejuízos; (i) declaração de vencimento antecipado de obrigação financeira da Companhia e/ou da avalista e/ou de qualquer controlada (ainda na condição de garantidora), em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 10.000.000,00; e (viii) alteração do objeto social da Companhia e/ou da avalista.

(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Abaixo segue quadro consolidado dos limites de utilização dos financiamentos contratados por instituição financeira em 31 de dezembro de 2022:

Instituição	Dívida	Carta de Fiança	Derivativos	Seguro Garantia	Carta Crédito	Antecip Fornec	Total Utilizado	Limite	% Utilizado
Itaubba	115.561	32.089					147.650	150.000	98,43%
CEF	47.536						47.536	50.000	95,07%
Banco do Brasil	-		972		60.178		61.150	64.000	95,55%
Bradesco	21.530	1.275				104.910	127.715	167.000	76,48%
Santander	27.909				23.744		51.653	52.000	99,33%
Safrá	52.257	8.539			3.943		64.739	65.000	99,60%
ABC	41.508				0		41.508	42.000	98,83%
Daycoval	5.555		972		386		6.912	8.000	86,40%
Alfa	3.714						3.714	4.000	92,84%
Fibra	2.500				0		2.500	2.500	100,00%
BIB	22.680	6572			8.783		38.035	39.000	97,53%
BBM	6.826						6.826	7.000	97,52%
Finep	5.863						5.863	6.000	97,72%
GENIAL-CDB	1.580						1.580	2.000	79,00%
BTG-PACTUAL	218.622						218.622	220.000	99,37%
XP-LC	207.032						207.032	210.000	98,59%
Vitreo	19.082						19.082	20.000	95,41%
	799.753	48.475	1.943	0	97.034	104.910	1.052.115	1.108.500	94,91%

(h) alterações significativas em itens das demonstrações financeiras e de fluxo de caixa

Os números e análises a seguir apresentados derivam das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 comparado com os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021

<i>(em R\$ mil, exceto %)</i>	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2022	AV (%)	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2021	AV (%)	AH (%)
Receita operacional líquida	2.749.921	100,00%	2.518.386	100,00%	9,19%
Custos da revenda de mercadorias, de operações com cartão de crédito, de operações financeiras e de prestação de serviços	(1.688.693)	-61,41%	(1.344.361)	-53,38%	25,61%
Lucro Bruto	1.061.228	38,59%	1.174.025	46,62%	-9,61%
Receitas (Despesas) Operacionais	(1.302.699)	-47,37%	(1.184.955)	-47,05%	9,94%
Despesas com vendas	(688.585)	-25,04%	(648.276)	-25,74%	6,22%
Despesas gerais administrativas	(240.442)	-8,74%	(230.536)	-9,15%	4,30%
Despesas com depreciação e amortização	(267.725)	-9,74%	(276.204)	-10,97%	-3,07%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(105.947)	-3,85%	(29.939)	-1,19%	253,88%
Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras	(241.471)	-8,78%	(10.930)	-0,43%	2109,25%
Despesas financeiras	(315.112)	-11,46%	(189.571)	-7,53%	66,22%
Receitas financeiras	62.771	2,28%	29.409	1,17%	113,44%
Lucro (Prejuízo) Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(493.812)	-17,96%	(171.092)	-6,79%	188,62%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(25.570)	-0,93%	78.055	3,10%	-132,76%
Corrente	(26.834)	-0,98%	81.039	3,22%	-133,11%
Diferido	1.264	0,05%	(2.984)	-0,12%	-142,36%
Prejuízo Líquido do Exercício	(519.382)	-18,89%	(93.037)	-3,69%	458,25%

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia sofreu um aumento de 9,19%, alcançando R\$ 2.749,9 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$ 2.518,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esta variação é decorrente principalmente da operação do varejo que tem conseguido entregar bons resultados das iniciativas desenvolvidas desde 2021, com melhora de mix de produtos, adequação da pirâmide de preços, melhoria nas ferramentas de distribuição e otimização da logística.

Custos da revenda de mercadorias, de operações com cartão de crédito, de operações financeiras e de prestação de serviços

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, os custos da revenda de mercadorias, de operações com cartão de crédito, de operações financeiras e de prestação de serviços da Companhia apresentaram um aumento de 25,61% ou R\$ 344,3 milhões, passando de R\$ 1.344,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, para R\$ 1.688,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, vale destacar as melhores negociações com fornecedores do lado do varejo e as renegociações e cessões de carteiras ativas das controladas MPagamentos e MCartões efetuadas no último trimestre 2022 do lado do Mbank.

Lucro bruto

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o lucro bruto da Companhia refletiu uma redução de 9,6% ou R\$ 112,8 milhões, passando de R\$ 1.174,0 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, para R\$ 1.061,2 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, do lado Mbank, o principal impacto vem das renegociações e cessões de carteiras ativas das controladas MPagamentos e MCartões efetuadas no último trimestre 2022, já pela operação do varejo, houve crescimento do Lucro Bruto e Margem Bruta na operação de 22,0% versus 2021, essa evolução vem dos esforços do time Comercial principalmente relacionados a melhor gestão de estoques e fornecedores, além da melhoria em produto e abastecimento.

Receitas (Despesas) operacionais

As receitas (despesas) operacionais da Companhia variaram 9,9%, alcançando uma despesa de R\$ 1.302,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado a uma despesa de R\$ 1.184,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esta variação ocorreu, principalmente, devido aos fatores descritos nos itens “despesas com vendas”, “despesas gerais administrativas” e “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” abaixo.

Despesas com vendas

As despesas com vendas da Companhia tiveram um aumento de 6,2%, alcançando R\$ 688,5 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$ 648,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, refletindo um aumento de despesas com pessoal e que em 2021 a Companhia obteve descontos de aluguel em decorrência da pandemia do Covid-19, fato este que não ocorreu para 2022.

Despesas gerais administrativas

As despesas gerais administrativas da Companhia sofreram um aumento de 4,3%, alcançando R\$ 240,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$ 230,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Este aumento ocorreu em uma taxa menos acelerada que o crescimento da receita líquida da Companhia, principalmente, devido às consultorias e demais despesas administrativas.

Despesas com depreciação e amortização (incluindo despesa com depreciação IFRS 16)

As despesas com depreciação e amortização (incluindo despesa com depreciação IFRS 16) da Companhia tiveram uma redução de 3,1%, alcançando R\$ 267,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$ 276,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais, líquidas da Companhia alcançaram uma despesa de R\$ 105,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado a uma despesa de R\$ 29,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esta variação ocorreu, principalmente, devido a aumento em provisão para contingências, baixas de imobilizado e outras perdas.

Resultado antes das receitas e despesas financeiras

O resultado antes das receitas e despesas financeiras da Companhia apresentou um resultado negativo de R\$ 241,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado a um resultado negativo de R\$ 10,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esta variação é decorrente, principalmente, aos fatores mencionados acima.

Despesas financeiras

As despesas financeiras da Companhia apresentaram um aumento de R\$ 125,6 milhões ou aumento de 66,2%, representando uma despesa financeira de R\$ 315,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado a uma despesa financeira de R\$ 189,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento ocorreu, principalmente, devido à alta da taxa de juros do exercício e variação do ajuste a valor presente de fornecedores.

Receitas financeiras

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As receitas financeiras da Companhia apresentaram um aumento de R\$ 33,4 milhões ou aumento de 113,4%, representando uma receita financeira de R\$ 62,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado a uma receita financeira de R\$ 29,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento ocorreu, principalmente, pela variação positiva em aplicações financeiras decorrentes da alta da taxa de juros do exercício.

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

O prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social da Companhia teve um incremento de R\$ 322,7 milhões ou 188,6%, alcançando um prejuízo de R\$ 493,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado a um prejuízo de R\$ 171,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esta variação é decorrente, principalmente, aos fatores mencionados acima.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente da Companhia alcançou uma despesa de R\$ 26,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado a uma receita de R\$ 81,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. A variação deve-se principalmente à baixa de imposto de renda e contribuição social a recuperar prescritos no período.

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diferido da Companhia alcançando uma receita de R\$ 1,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado a uma despesa de R\$ 2,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. A variação deve-se principalmente à constituição de impostos diferidos em função do aumento de prejuízo fiscal e base negativa da controlada MPagamentos e baixa do imposto diferido da MCartões.

Prejuízo Líquido do Exercício

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou um aumento de prejuízo de R\$ 426,3 milhões, passando de um prejuízo de R\$ 93,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, para um prejuízo de R\$ 519,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento de prejuízo ocorreu como resultado principal dos fatores mencionados acima. A baixa diluição das despesas do varejo combinada com um resultado mais tímido na operação do Mbank que sofreu com aumento das PDDs foram os principais pontos que influenciaram esse resultado. RI - colocar em linha com release.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 comparado com os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2021	AV (%)	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2020	AV (%)	AH (%)
Receita operacional líquida	2.518.386	100,00%	2.108.081	100,00%	19,46%
Custos da revenda de mercadorias, de operações com cartão de crédito, de operações financeiras e de prestação de serviços	(1.344.361)	-53,38%	(1.341.204)	-63,62%	0,24%
Lucro Bruto	1.174.025	46,62%	766.877	36,38%	53,09%
Receitas (Despesas) Operacionais	(1.184.955)	-47,05%	(1.126.387)	-53,43%	5,20%
Despesas com vendas	(648.276)	-25,74%	(559.702)	-26,55%	15,83%
Despesas gerais administrativas	(230.536)	-9,15%	(217.271)	-10,31%	6,11%
Despesas com depreciação e amortização	(276.204)	-10,97%	(298.404)	-14,16%	-7,44%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(29.939)	-1,19%	(51.010)	-2,42%	-41,31%
Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras	(10.930)	-0,43%	(359.510)	-17,05%	-96,96%
Despesas financeiras	(189.571)	-7,53%	(167.121)	-7,93%	13,43%
Receitas financeiras	29.409	1,17%	24.850	1,18%	18,35%
Lucro (Prejuízo) Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(171.092)	-6,79%	(501.781)	-23,80%	-65,90%
Imposto de Renda e Contribuição Social	78.055	3,10%	2.896	0,14%	2595,27%
Corrente	81.039	3,22%	(613)	-0,03%	-13320,07%
Diferido	(2.984)	-0,12%	3.509	0,17%	-185,04%
Prejuízo Líquido do Exercício	(93.037)	-3,69%	(498.885)	-23,67%	-81,35%

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia sofreu um aumento de 19,4%, alcançando R\$ 2.518,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$ 2.108,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esta variação é decorrente da reabertura gradativa das lojas que foram fechadas tanto no ano de 2020 quanto no início de 2021 devido à pandemia do Covid-19. Em 2021, a Companhia também acelerou a estratégia de ampliação das vendas digitais, que contribuíram para o aumento da receita do varejo em 2021.

Custos da revenda de mercadorias, de operações com cartão de crédito, de operações financeiras e de prestação de serviços

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, os custos da revenda de mercadorias, de operações com cartão de crédito, de operações financeiras e de prestação de serviços da Companhia mantiveram-se praticamente estáveis, com aumento de 0,2% ou R\$ 3,2 milhões, passando de R\$ 1.341,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

de 2020, para R\$ 1.344,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, apesar do aumento no custo de insumos, custo de funding, e desvalorização da moeda nacional.

Lucro bruto

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o lucro bruto da Companhia refletiu um aumento de 53,1% ou R\$ 407,1 milhões, passando de R\$ 766,9 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 1.174,0 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Este aumento ocorreu, principalmente, devido ao aumento de lucro nas operações de varejo e de produtos financeiros, tanto em função da retomada de atividades do varejo após o impacto da pandemia COVID-19 no ano anterior, quanto do objetivo estratégico de redução estrutural de estoques resultando em uma menor necessidade de remarcações de produtos no varejo.

Receitas (Despesas) operacionais

As receitas (despesas) operacionais da Companhia variaram 5,2%, alcançando uma despesa de R\$ 1.184,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparado a uma despesa de R\$ 1.126,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esta variação ocorreu, principalmente, devido aos fatores descritos nos itens “despesas com vendas” e “despesas gerais administrativas” abaixo.

Despesas com vendas

As despesas com vendas da Companhia tiveram um aumento de 15,8%, alcançando R\$ 648,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$ 559,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, refletindo um aumento de investimentos em ações de marketing e nas estruturas para suportar as operações digitais da Companhia e evolução do APP. Vale destacar que isso foi possível devido as diversas ações adotadas para redução estrutural das despesas durante o ano anterior.

Despesas gerais administrativas

As despesas gerais administrativas da Companhia sofreram um aumento de 6,1%, alcançando R\$ 230,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$ 217,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Este aumento ocorreu em uma taxa menos acelerada que o crescimento da receita líquida da Companhia, principalmente, devido às iniciativas da Companhia para maiores ganhos de eficiência, como renegociações de contratos e redução de despesas com pessoal em função da redução do quadro de colaboradores e reorganização de posições que ocorreram no ano anterior.

Despesas com depreciação e amortização (incluindo despesa com depreciação IFRS 16)

As despesas com depreciação e amortização (incluindo despesa com depreciação IFRS 16) da Companhia tiveram uma redução de 7,4%, alcançando R\$ 276,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$ 298,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esta variação ocorreu, principalmente, devido a contenção de investimentos no parque de lojas atuais da Companhia em 2021 para preservação de caixa durante o período de retomada mais tímida das atividades após a reabertura de lojas.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais, líquidas da Companhia alcançaram uma despesa de R\$29,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparado a uma despesa de R\$ 51,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esta variação ocorreu, principalmente, devido ao aumento da provisão para riscos e baixas de itens de estoque de suprimentos, além de baixas relativas a imobilizado.

Resultado antes das receitas e despesas financeiras

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O resultado antes das receitas e despesas financeiras da Companhia apresentou uma despesa de R\$ 10,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparado a uma despesa de R\$ 359,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esta variação é decorrente, principalmente, da normalização das operações de varejo e crédito, refletidos no aumento de lucro bruto, além dos ganhos de eficiência operacional que permitiu a Companhia diluir despesas operacionais conforme o descrito acima nos tópicos “despesas com vendas”, “despesas gerais administrativas”.

Despesas financeiras

As despesas financeiras da Companhia apresentaram um aumento de R\$ 22,4 milhões ou aumento de 13,4%, representando uma despesa financeira de R\$ 189,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparado a uma despesa financeira de R\$ 167,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu, principalmente, devido ao maior impacto de AVP na linha de Fornecedores no balanço patrimonial.

Receitas financeiras

As receitas financeiras da Companhia apresentaram um aumento de R\$ 4,6 milhões ou aumento de 18,4%, representando uma receita financeira de R\$ 29,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparado a uma receita financeira de R\$ 24,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu, principalmente, pelo aumento de juros ativos e variação monetária /cambial no período de 2021.

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

O prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social da Companhia teve uma redução de R\$ 330,7 milhões ou 65,9%, alcançando um prejuízo de R\$ 171,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparado a um prejuízo de R\$ 501,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento de prejuízo ocorreu como resultado principal dos reflexos da pandemia do Covid-19 mencionados nos tópicos acima.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente da Companhia alcançou uma receita de R\$ 81,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparado a uma despesa de R\$ 613 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. No terceiro trimestre de 2021, a companhia registrou R\$90,1 milhões de reversão de parte do IR e CSLL – tributação sobre a parcela SELIC – originalmente incidente sobre o crédito de PIS/COFINS de R\$820 milhões registrados em dezembro de 2018.

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diferido da Companhia alcançando uma despesa de R\$ 3,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a uma receita de R\$ 3,5 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. A variação deve-se principalmente a compensação em 2021 de prejuízo fiscal do IRPJ e base negativa de CSLL em 2020 das controladas M PAGAMENTOS e M CARTÕES.

Prejuízo Líquido do Período

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou uma diminuição de prejuízo de R\$ 405,9 milhões, passando de um prejuízo de R\$ 498,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, para um prejuízo de R\$ 93,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Essa diminuição de prejuízo ocorreu como resultado principal da gradual normalização de vendas, melhoria do lucro bruto e eficiência em termos de despesas operacionais do varejo, assim como os resultados da operação do Mbank voltando a patamares próximos aos resultados do período pré-pandemia.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 comparado com os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2020	AV (%)	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2019	AV (%)	AH (%)
Receita operacional líquida	2.108.081	100,00%	2.882.422	100,00%	-26,86%
Custos da revenda de mercadorias, de operações com cartão de crédito, de operações financeiras e de prestação de serviços	(1.341.204)	-63,62%	(1.550.943)	-53,81%	-13,52%
Lucro Bruto	766.877	36,38%	1.331.479	46,19%	-42,40%
Receitas (Despesas) Operacionais	(1.126.387)	-53,43%	(1.264.547)	-43,87%	-10,93%
Despesas com vendas	(559.702)	-26,55%	(688.652)	-23,89%	-18,72%
Despesas gerais administrativas	(217.271)	-10,31%	(248.987)	-8,64%	-12,74%
Despesas com depreciação e amortização	(298.404)	-14,16%	(327.990)	-11,38%	-9,02%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(51.010)	-2,42%	1.082	0,04%	-4814,42%
Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras	(359.510)	-17,05%	66.932	2,32%	-637,13%
Despesas financeiras	(167.121)	-7,93%	(181.811)	-6,31%	-8,08%
Receitas financeiras	24.850	1,18%	34.935	1,21%	-28,87%
Lucro (Prejuízo) Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(501.781)	-23,80%	(79.944)	-2,77%	527,67%
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.896	0,14%	(32.417)	-1,12%	-108,93%
Corrente	(613)	-0,03%	(31.334)	-1,09%	-98,04%
Diferido	3.509	0,17%	(1.083)	-0,04%	-424,01%
Prejuízo Líquido do Exercício	(498.885)	-23,67%	(112.361)	-3,90%	344,00%

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia sofreu uma redução de 26,9%, alcançando R\$ 2.108,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a R\$ 2.882,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esta variação é decorrente dos reflexos da pandemia do Covid-19, sendo que a partir de março de 2020 ocorreu o fechamento de todas as lojas da Companhia, com reabertura gradativa meses depois e ainda com restrição de horário. Em 2020, a Companhia acelerou a estratégia de ampliação das vendas digitais, além do encerramento das

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

operações de lojas com margem de contribuição deficitária.

Custos da revenda de mercadorias, de operações com cartão de crédito, de operações financeiras e de prestação de serviços

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, os custos da revenda de mercadorias, de operações com cartão de crédito, de operações financeiras e de prestação de serviços da Companhia sofreram uma redução de 13,5% ou R\$ 209,7 milhões, passando de R\$ 1.550,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 1.341,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, também impactadas pela pandemia do Covid-19. Embora com redução comparado ao exercício anterior, o aumento no custo dos estoques proporcional às vendas deve-se à busca por melhoria de qualidade dos produtos da operação de varejo, como estilo, tecidos e acabamento, para oferecer coleções mais aderentes ao perfil de clientes da Companhia e permitir um maior volume de vendas da Companhia, além do impacto nas importações frente à alta do dólar.

Lucro bruto

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o lucro bruto da Companhia refletiu uma redução de 42,4% ou R\$ 564,6 milhões, passando de R\$ 1.331,5 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 766,9 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esta variação é decorrente das promoções e campanhas de liquidação de estoques efetuadas em 2020, com o objetivo estratégico de cumprir com uma redução estrutural de estoques e impulsionar as vendas mesmo frente à pandemia do Covid-19.

Receitas (Despesas) operacionais

As receitas (despesas) operacionais da Companhia variaram 10,9%, alcançando uma despesa de R\$ 1.126,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a uma despesa de R\$ 1.264,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esta variação ocorreu, principalmente, devido aos fatores descritos nos itens “despesas com vendas” e “despesas gerais administrativas” abaixo.

Despesas com vendas

As despesas com vendas da Companhia tiveram uma redução de 18,7%, alcançando R\$ 559,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a R\$ 688,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, refletindo as diversas ações adotadas para redução estrutural das despesas durante o ano, com destaque para renegociações de contratos de aluguéis, redução de despesas com pessoal em função da redução do quadro de colaboradores e reorganização de posições.

Despesas gerais administrativas

As despesas gerais administrativas da Companhia sofreram uma redução de 12,7%, alcançando R\$ 217,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a R\$ 249,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esta redução ocorreu, principalmente, devido às iniciativas da Companhia para maiores ganhos de eficiência, o qual tinha por objetivo adequar os níveis de despesas da Companhia aos níveis atuais de receita, além das renegociações de contratos e redução de despesas com pessoal em função da redução do quadro de colaboradores e reorganização de posições.

Despesas com depreciação e amortização (incluindo despesa com depreciação IFRS 16)

As despesas com depreciação e amortização (incluindo despesa com depreciação IFRS 16) da Companhia tiveram uma redução de 9,0%, alcançando R\$ 298,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a R\$ 328,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esta variação ocorreu, principalmente, devido ao encerramento de lojas que estavam com margem de contribuição deficitária.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais, líquidas da Companhia alcançaram uma despesa de R\$51,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a uma receita de R\$ 1,1 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esta variação ocorreu, principalmente, devido ao aumento da provisão para riscos e baixas de itens de estoque de suprimentos, além de baixas relativas a imobilizado.

Resultado antes das receitas e despesas financeiras

O resultado antes das receitas e despesas financeiras da Companhia apresentou uma variação negativa de R\$ 426,4 milhões, representando uma despesa de R\$ 359,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a uma receita de R\$ 66,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esta variação é decorrente, principalmente, dos reflexos da pandemia do Covid-19, sendo que a partir de março de 2020 ocorreu o fechamento de todas as lojas da Companhia, com reabertura gradativa meses depois e ainda com restrição de horário, em conjunto com o descrito acima nos tópicos “despesas com vendas”, “despesas gerais administrativas”, “despesas com depreciação e amortização” e “outras receitas (despesas)”.

Despesas financeiras

As despesas financeiras da Companhia apresentaram uma redução de R\$ 14,7 milhões ou redução de 8,1%, representando uma despesa financeira de R\$ 167,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a uma despesa financeira de R\$ 181,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Essa redução ocorreu, principalmente, devido ao menor impacto de AVP em função da redução da linha de Fornecedores no balanço patrimonial, atenuado pelo aumento de juros e correção monetária em função do aumento de endividamento da Companhia.

Receitas financeiras

As receitas financeiras da Companhia apresentaram uma redução de R\$ 10,1 milhões ou redução de 28,9%, representando uma receita financeira de R\$ 24,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a uma receita financeira de R\$ 34,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Essa redução ocorreu, principalmente, pela variação monetária/cambial no período de 2019, referente à correção dos créditos fiscais reconhecidos no período e ao baixo impacto da correção das aplicações financeiras em 2020.

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

O prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social da Companhia teve um aumento de R\$ 421,8 milhões ou 527,7%, alcançando um prejuízo de R\$ 501,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a um prejuízo de R\$ 79,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento de prejuízo ocorreu como resultado principal dos reflexos da pandemia do Covid-19 mencionados nos tópicos acima.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente da Companhia sofreu uma redução de R\$ 30,7 milhões ou 98,0%, alcançando uma despesa de R\$ 613 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a uma despesa de R\$ 31,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Essa redução ocorreu, principalmente, pelo prejuízo tributável devido aos impactos mencionados sobre a redução de receitas e maiores custos dos produtos, devido à pandemia do Covid-19.

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diferido da Companhia teve um aumento de R\$ 4,6 milhões, alcançando uma receita de R\$ 3,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a uma despesa de R\$ 1,1 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu, principalmente, pela constituição de imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa nas controladas SAX e CLUB, atenuados pela diminuição das diferenças temporárias em 2020.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Prejuízo Líquido do Período

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou um prejuízo de R\$ 498,9 milhões, o que ocasionou um aumento de prejuízo de R\$ 386,5 milhões, passando de um prejuízo de R\$ 112,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para um prejuízo de R\$ 498,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento de prejuízo ocorreu como resultado principal dos reflexos da pandemia do Covid-19 mencionados anteriormente nos tópicos acima referente à demonstração de resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

BALANÇO PATRIMONIAL

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

(em R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2022	AV (%)	Em 31 de dezembro de 2021	AV (%)	AH (%)
ATIVO					
Ativo Circulante	1.572.060	50,63%	1.726.927	51,51%	-8,97%
Caixa e equivalentes de caixa	241.233	7,77%	261.974	7,81%	-7,92%
Títulos e valores mobiliários	62.507	2,01%	31.085	0,93%	101,08%
Instrumentos financeiros	-	0,00%	3.367	0,10%	-100,00%
Contas a receber de clientes	617.050	19,87%	810.374	24,17%	-23,86%
Estoques	384.560	12,39%	369.329	11,02%	4,12%
Tributos a recuperar	223.866	7,21%	187.258	5,59%	19,55%
Outros créditos	42.844	1,38%	63.540	1,90%	-32,57%
Ativo Não circulante	1.532.892	49,37%	1.625.521	48,49%	-5,70%
Contas a receber de clientes	13.594	0,44%	-	0,00%	100,00%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	70.778	2,28%	69.482	2,07%	1,87%
Tributos a recuperar	536.407	17,28%	638.297	19,04%	-15,96%
Outros créditos	2.307	0,07%	3.496	0,10%	-34,01%
Depósitos judiciais	145.151	4,67%	134.024	4,00%	8,30%
Títulos e valores mobiliários	64.628	2,08%	45.693	1,36%	41,44%
Imobilizado	86.041	2,77%	113.188	3,38%	-23,98%
Intangível	77.854	2,51%	95.725	2,86%	-18,67%
Ativo de direito de uso	536.132	17,27%	525.616	15,68%	2,00%
TOTAL DO ATIVO	3.104.952	100,00%	3.352.448	100,00%	-7,38%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Passivo Circulante	1.441.183	46,42%	1.441.638	43,00%	-0,03%
Fornecedores	476.880	15,36%	358.473	10,69%	33,03%
Fornecedores convênio	69.484	2,24%	122.678	3,66%	-43,36%
Empréstimos e financiamentos	470.824	15,16%	480.253	14,33%	-1,96%
Arrendamentos a pagar	113.351	3,65%	171.119	5,10%	-33,76%
Salários, provisões e contribuições sociais	71.826	2,31%	77.512	2,31%	-7,34%
Tributos a recolher	89.768	2,89%	76.157	2,27%	17,87%
Aluguéis, condomínios e fundo de promoção a pagar	31.137	1,00%	25.946	0,77%	20,01%
Instrumentos financeiros	1.128	0,04%	29	0,00%	3789,66%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	4.449	0,14%	5.402	0,16%	-17,64%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Receita diferida	14.213	0,46%	15.663	0,47%	-9,26%
Outras obrigações	98.123	3,16%	108.406	3,23%	-9,49%
Passivo Não circulante	1.146.585	36,93%	1.051.805	31,37%	9,01%
Empréstimos e financiamentos	403.787	13,00%	403.131	12,02%	0,16%
Arrendamentos a pagar	475.760	15,32%	408.484	12,18%	16,47%
Instrumentos financeiros	795	0,03%	778	0,02%	2,19%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	0,00%	1.144	0,03%	-100,00%
Provisões para litígios e demandas judiciais	208.839	6,73%	176.691	5,27%	18,19%
Receita diferida	47.703	1,54%	55.480	1,65%	-14,02%
Outras obrigações	9.701	0,31%	6.097	0,18%	59,11%
Patrimônio Líquido	517.184	16,66%	859.005	25,62%	-39,79%
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.104.952	100,00%	3.352.448	100,00%	-7,38%

ATIVO

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou uma redução no total do ativo de 7,38% ou R\$ 247,5 milhões em relação a 31 de dezembro de 2021.

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2022, o ativo circulante da Companhia refletiu uma redução de 8,97% ou R\$ 154,9 milhões, passando de R\$ 1.726,9 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 1.572,0 milhões em 31 de dezembro de 2022. Essa variação ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo nos itens “*Contas a receber*” e “*Tributos a recuperar*”.

Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2022, o caixa e equivalente de caixas da Companhia apresentou uma redução de 7,92% ou R\$ 20,7 milhões, passando de R\$262,0 milhões em 31 de dezembro de 2021, para R\$ 241,2 milhões em 31 de dezembro de 2022, sem grandes oscilações entre os exercícios de 2022 e 2021.

Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2022, os títulos e valores mobiliários da Companhia sofreram um aumento de 101,08% ou R\$ 31,4 milhões, passando de R\$ 31,0 milhões em 31 de dezembro de 2021, para R\$ 62,5 milhões em 31 de dezembro de 2022. Essa variação ocorreu, principalmente, devido à classificação de curto prazo das dívidas com garantia em cash-collateral.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2022, as contas a receber da Companhia sofreram uma redução de 23,86% ou R\$ 193,3 milhões, passando de R\$ 810,3 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 617,0 milhões em 31 de dezembro de 2022. Essa variação ocorreu, principalmente, devido à baixa produção de vendas em 2022 comparados a 2021 e altos níveis de inadimplência.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2022, os estoques da Companhia tiveram um aumento de 4,12% ou R\$ 15,2 milhões, passando de R\$ 369,3 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 384,5 milhões em 31 de dezembro de 2022, mantendo-se praticamente estável em 2022 e 2021.

Tributos a recuperar

Em 31 de dezembro de 2022, os tributos a recuperar da Companhia sofreram um aumento de 19,55% ou R\$ 36,6 milhões, passando de R\$ 187,2 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 223,8 milhões em 31 de dezembro de 2022. Essa

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

variação, analisada em conjunto com o saldo de tributos a recuperar no não circulante, ocorreu principalmente, pela atualização monetária dos créditos tributários, classificação entre circulante e não circulante de tributos a recuperar e utilização dos créditos relativos a PIS e COFINS.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2022, o ativo não circulante da Companhia sofreu uma redução de 5,7% ou R\$ 92,6 milhões, passando de R\$ 1.625,5 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 1.532,8 milhões em 31 de dezembro de 2022. Essa variação ocorreu, principalmente, devido aos fatores descritos abaixo, com destaque para os itens “Tributos a recuperar”, “Imobilizado” e “Intangível”.

Tributos a recuperar

Em 31 de dezembro de 2022, os tributos a recuperar da Companhia sofreram uma redução de 15,96% ou R\$ 101,9 milhões, passando de R\$ 638,3 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 536,4 milhões em 31 de dezembro de 2022. Essa variação, analisada em conjunto com o saldo de tributos a recuperar no não circulante, ocorreu principalmente, pela atualização monetária dos créditos tributários, classificação entre circulante e não circulante de tributos a recuperar e utilização dos créditos relativos a PIS e COFINS.

Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2022, os títulos e valores mobiliários da Companhia sofreram um aumento de 41,44% ou R\$ 18,9 milhões, passando de R\$ 45,7 milhões em 31 de dezembro de 2021, para R\$ 64,6 milhões em 31 de dezembro de 2022. Essa variação ocorreu, principalmente, devido à variação das dívidas com garantia em cash-collateral.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2022, o imobilizado da Companhia sofreu uma redução de 23,98% ou R\$ 27,1 milhões, passando de R\$ 113,2 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 86,0 milhões em 31 de dezembro de 2022. Essa redução ocorreu, principalmente, devido à provisão para baixa de imobilizado referente ao plano de encerramento de lojas.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2022, o intangível da Companhia sofre uma redução de 18,67% ou R\$ 17,8 milhões, passando de R\$ 95,7 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 77,9 milhões em 31 de dezembro de 2022. Essa variação ocorreu, principalmente, devido aos ajustes de baixa de intangível, conforme divulgados nas demonstrações financeiras.

Ativo de direito de uso

Em 31 de dezembro de 2022, o ativo de direito de uso da Companhia sofreu um aumento de 2,00% ou R\$ 10,5 milhões, passando de R\$ 525,6 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 536,1 milhões em 31 de dezembro de 2022. Essa variação ocorreu devido à renegociações estruturais de contratos de aluguéis, atenuados pela provisão para baixa referente ao plano de encerramento de lojas.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou uma redução no total do passivo e patrimônio líquido de 7,38% ou R\$ 247,5 milhões em relação a 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu, principalmente, devido aos prejuízos do exercício de 2022 e também devido às rubricas “Fornecedores”, “Empréstimos e financiamentos” e “Provisão para litígios e demandas judiciais”.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo circulante da Companhia refletiu uma redução de 0,05% ou R\$ 0,5 milhões, passando de R\$ 1.441,6 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 1.441,1 milhões em 31 de dezembro de 2022. Essa variação ocorreu, principalmente, pelos fatores mencionados nos itens “Fornecedores”, “Outras obrigações - risco sacado” e “Arrendamentos a pagar” abaixo, respectivamente.

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2022, os fornecedores da Companhia sofreram um acréscimo de 33,0% ou R\$ 118,4 milhões, passando de R\$ 358,5 milhões em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 476,9 milhões em 31 de dezembro de 2022. Essa variação está relacionada, principalmente, à postergação de pagamentos dos fornecedores e redução da antecipação através de risco sacado.

Outras obrigações – risco sacado

Em 31 de dezembro de 2022, os fornecedores convênio da Companhia tiveram uma redução de 43,36% ou R\$ 53,2 mil, passando de R\$ 122,6 milhões em 31 de dezembro de 2021, para R\$ 69,5 milhões em 31 de dezembro de 2022. Essa variação ocorreu, principalmente, devido à restrição do crédito junto às instituições financeiras.

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2022, os empréstimos e financiamentos da Companhia classificados no passivo circulante tiveram uma redução de 1,96% ou R\$ 9,4 milhões, passando de R\$ 480,2 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 470,8 milhões em 31 de dezembro de 2022, sem grandes oscilações entre os exercícios de 2021 e 2022.

Arrendamentos a Pagar

Em 31 de dezembro de 2022, os arrendamentos a pagar da Companhia sofreram uma redução de 33,76% ou R\$ 57,8 milhões, passando de R\$ 171,1 milhões em 31 de dezembro de 2021, para R\$ 113,3 milhões em 31 de dezembro de 2022. Essa variação ocorreu devido à provisão para baixa decorrente do plano de encerramento de lojas.

Tributos a Recolher

Em 31 de dezembro de 2022, os tributos a recolher da Companhia tiveram um aumento de 17,87% ou R\$ 13,6 milhões, passando de R\$ 76,2 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 89,8 milhões em 31 de dezembro de 2022. Essa variação ocorreu, principalmente, pela variação positiva de ICMS a pagar em função das vendas de 2022 e também pela provisão de PIS e Cofins a pagar.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2022, o passivo não circulante da Companhia sofreu um aumento de 9,01% ou R\$ 94,8 milhões, passando de R\$ 1.051,8 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 1.146,6 milhões em 31 de dezembro de 2022. Essa variação ocorreu, principalmente, pelos fatores descritos abaixo em “Arrendamentos a pagar” e “Provisão para litígios e demandas judiciais”.

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2022, os empréstimos e financiamentos da Companhia tiveram um aumento de 0,16% ou R\$ 0,6 milhões, passando de R\$ 403,1 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 403,7 milhões em 31 de dezembro de 2022, sem grandes oscilações entre os exercícios de 2021 e 2022.

Arrendamentos a pagar

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022, os arrendamentos a pagar da Companhia sofreram um aumento de 16,47% ou R\$ 67,2 milhões, passando de R\$ 408,5 milhões em 31 de dezembro de 2021, para R\$ 475,8 milhões em 31 de dezembro de 2022. Essa variação ocorreu devido à renegociação estrutural de contratos de aluguéis, com alongamento do prazo de determinados contratos.

Provisão para litígios e demandas judiciais

Em 31 de dezembro de 2022, a provisão para litígios e demandas judiciais da Companhia sofreu um aumento de 18,19% ou R\$ 32,1 milhões, passando de R\$ 176,7 milhões em 31 de dezembro de 2021, para R\$ 208,9 milhões em 31 de dezembro de 2022. Essa variação ocorreu, principalmente, pela atualização monetária de processos tributários e pela entrada de novos processos.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido da Companhia refletiu uma redução de 39,79%, passando de R\$ 859,0 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 517,2 milhões em 31 de dezembro de 2022. Essa variação reflete principalmente o prejuízo líquido durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 519,4 milhões.

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

(em R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2021	AV (%)	Em 31 de dezembro de 2020	AV (%)	AH (%)
ATIVO					
Ativo Circulante	1.726.927	51,51%	1.738.232	52,56%	-0,65%
Caixa e equivalentes de caixa	261.974	7,81%	526.932	15,93%	-50,28%
Títulos e valores mobiliários	31.085	0,93%	388	0,01%	7911,60%
Instrumentos financeiros	3.367	0,10%	-	0,00%	100,00%
Contas a receber de clientes	810.374	24,17%	656.132	19,84%	23,51%
Estoques	369.329	11,02%	274.877	8,31%	34,36%
Tributos a recuperar	187.258	5,59%	180.988	5,47%	3,46%
Outros créditos	63.540	1,90%	98.915	2,99%	-35,76%
Ativo Não circulante	1.625.521	48,49%	1.568.694	47,44%	3,62%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	69.482	2,07%	74.817	2,26%	-7,13%
Tributos a recuperar	638.297	19,04%	560.554	16,95%	13,87%
Outros créditos	3.496	0,10%	-	0,00%	100,00%
Depósitos judiciais	134.024	4,00%	142.035	4,30%	-5,64%
Títulos e valores mobiliários	45.693	1,36%	34.271	1,04%	33,33%
Imobilizado	113.188	3,38%	133.326	4,03%	-15,10%
Intangível	95.725	2,86%	85.549	2,59%	11,89%
Ativo de direito de uso	525.616	15,68%	538.142	16,27%	-2,33%
TOTAL DO ATIVO	3.352.448	100,00%	3.306.926	100,00%	1,38%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Passivo Circulante	1.441.638	46,43%	1.472.508	44,53%	-2,10%
Fornecedores	358.473	11,55%	366.543	11,08%	-2,20%
Fornecedores convênio	122.678	3,95%	107.387	3,25%	14,24%
Empréstimos e financiamentos	480.253	15,47%	541.497	16,37%	-11,31%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Arrendamentos a pagar	171.119	5,51%	164.908	4,99%	3,77%
Salários, provisões e contribuições sociais	77.512	2,50%	69.165	2,09%	12,07%
Tributos a recolher	76.157	2,45%	63.214	1,91%	20,47%
Aluguéis, condomínios e fundo de promoção a pagar	25.946	0,84%	18.358	0,56%	41,33%
Instrumentos financeiros	29	0,00%	6.913	0,21%	-99,58%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	5.402	0,17%	297	0,01%	1718,86%
Receita diferida	15.663	0,50%	25.990	0,79%	-39,73%
Outras obrigações	108.406	3,49%	108.236	3,27%	0,16%
Passivo Não circulante	1.051.805	33,88%	961.731	29,08%	9,37%
Empréstimos e financiamentos	403.131	12,98%	321.272	9,72%	25,48%
Arrendamentos a pagar	408.484	13,16%	419.555	12,69%	-2,64%
Instrumentos financeiros	778	0,03%	-	0,00%	100,00%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.144	0,04%	-	0,00%	100,00%
Provisões para litígios e demandas judiciais	176.691	5,69%	155.425	4,70%	13,68%
Receita diferida	55.480	1,79%	43.448	1,31%	27,69%
Outras obrigações	6.097	0,20%	22.031	0,67%	-72,33%
Patrimônio Líquido	859.005	27,67%	872.687	26,39%	-1,57%
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.352.448	107,97%	3.306.926	100,00%	1,38%

ATIVO

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou um aumento no total do ativo de 1,38% ou R\$ 45,5 milhões em relação a 31 de dezembro de 2020.

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo circulante da Companhia refletiu uma redução de 0,65% ou R\$ 11,3 milhões, passando de R\$ 1.738,2 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 1.726,9 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo nos itens “Caixa e equivalentes de caixa”, “Contas a receber” e “Estoques”.

Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2021, o caixa e equivalente de caixas da Companhia apresentou uma redução de 50,28% ou R\$ 265,0 milhões, passando de R\$526,9 milhões em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 262,0 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu, principalmente, devido ao impacto da pandemia nos resultados da Companhia os quais foram em parcialmente mitigados pela liberação de capital de giro.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2021, as contas a receber da Companhia sofreram um aumento de 23,51% ou R\$ 154,2 milhões, passando de R\$ 656,1 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 810,3 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu, principalmente, devido à retomadas de vendas de final de ano e oscilações nos níveis de inadimplência.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2021, os estoques da Companhia tiveram um aumento de 34,36% ou R\$ 94,5 milhões, passando de R\$ 274,9 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 369,3 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu, principalmente, devido à estratégia da Companhia em recompor o nível de estoque que havia sido impactado pelos desdobramentos da pandemia do Covid-19 no final de 2020.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Tributos a recuperar

Em 31 de dezembro de 2021, os tributos a recuperar da Companhia sofreram um aumento de 3,46% ou R\$ 6,3 milhões, passando de R\$ 180,9 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 187,3 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação, analisada em conjunto com o saldo de tributos a recuperar no não circulante, ocorreu principalmente, pelos créditos tributários relativos à não incidência de IR e CS sobre atualização pela Selic e pela não incidência de imposto previdenciário sobre salário maternidade e auxílio doença.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo não circulante da Companhia sofreu um aumento de 3,62% ou R\$ 56,8 milhões, passando de R\$ 1.568,7 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 1.625,5 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu, principalmente, devido aos fatores descritos abaixo, com destaque para os itens “Tributos a recuperar”, “Títulos e valores mobiliários”, “Imobilizado” e “Intangível”.

Tributos a recuperar

Em 31 de dezembro de 2021, os tributos a recuperar da Companhia sofreram um aumento de 13,87% ou R\$ 77,7 milhões, passando de R\$ 560,6 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 638,3 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação, analisada em conjunto com o saldo de tributos a recuperar no circulante, ocorreu principalmente, pelos créditos tributários relativos à não incidência de IR e CS sobre atualização pela Selic e pela não incidência de imposto previdenciário sobre salário maternidade e auxílio-doença, parcialmente atenuada pelas compensações no ano relativas a PIS/COFINS.

Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2021, os títulos e valores mobiliários da Companhia sofreram um aumento de 33,33% ou R\$ 11,4 milhões, passando de R\$ 34,3 milhões em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 45,7 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu, principalmente, devido às captações de dívidas com garantia em cash-collateral, uma vez que houve amortização ou renegociação de grande parte de tais dívidas.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2021, o imobilizado da Companhia sofreu uma redução de 15,10% ou R\$ 20,1 milhões, passando de R\$ 133,3 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 113,2 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa redução ocorreu, principalmente, devido à depreciação do exercício, parcialmente atenuada pelas reformas de quatro lojas.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2021, o intangível da Companhia teve um aumento de 11,89% ou R\$ 10,2 milhões, passando de R\$ 85,5 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 95,8 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu, principalmente, devido ao desenvolvimento em andamento das plataformas digitais do varejo e MBANK como o aplicativo, sistemas relacionados à multicanalidade, robotização e automação de processos.

Ativo de direito de uso

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo de direito de uso da Companhia sofreu uma redução de 2,33% ou R\$ 12,5 milhões, passando de R\$ 538,1 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 525,6 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu devido à amortização do período, atenuados pelas renegociações estruturais de contratos de aluguéis.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou um aumento no total do passivo e patrimônio líquido de 1,38% ou R\$ 45,5 milhões em relação a 31 de dezembro de 2020. Essa variação ocorreu, principalmente, devido aos prejuízos do

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

exercício de 2021 e menores patamares nas rubricas “Fornecedores”, “Empréstimos e financiamentos” e “*Provisão para litígios e demandas judiciais*”.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo circulante da Companhia refletiu uma redução de 2,10% ou R\$ 30,1 milhões, passando de R\$ 1.472,5 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 1.441,6 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa redução ocorreu, principalmente, devido à redução estrutural de estoques com menor saldo de fornecedores a pagar, redução de salários a pagar frente à redução de colaboradores e devido à renegociação estrutural de contratos de aluguéis, conforme mencionados nos itens “Fornecedores”, “Salários, provisões e contribuições sociais” e “Arrendamentos a pagar” abaixo, respectivamente.

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2021, os fornecedores da Companhia sofreram uma redução de 2,2% ou R\$ 8,0 milhões, passando de R\$ 366,5 milhões em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 358,5 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação está relacionada, principalmente, ao aumento de Fornecedores convênio.

Fornecedores convênio

Em 31 de dezembro de 2021, os fornecedores convênio da Companhia tiveram um aumento de 14,24% ou R\$ 15,3 mil, passando de R\$ 107,4 milhões em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 122,7 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu, principalmente, ao aumento de fornecedores em função da variação dos estoques aliado à maior adesão desses fornecedores ao convênio de antecipação junto às instituições financeiras.

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2021, os empréstimos e financiamentos da Companhia classificados no passivo circulante tiveram uma redução de 11,31% ou R\$ 61,2 milhões, passando de R\$ 541,5 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 480,2 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu, principalmente, em função das novas captações ocorridas no exercício e, da mesma forma, ao alongamento das dívidas existentes.

Arrendamentos a Pagar

Em 31 de dezembro de 2021, os arrendamentos a pagar da Companhia sofreram um aumento de 3,77% ou R\$ 6,2 milhões, passando de R\$ 164,9 milhões em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 171,1 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu devido à renegociação estrutural de contratos de aluguéis, com alongamento do prazo dos contratos.

Salários, Provisões e Contribuições Sociais

Em 31 de dezembro de 2021, os salários, provisões e contribuições sociais da Companhia tiveram um aumento de 12,07% ou R\$ 8,3 milhões, passando de R\$ 69,2 milhões em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 77,5 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu, principalmente, em função do reajuste salarial em função do dissídio e pagamento de horas extras.

Tributos a Recolher

Em 31 de dezembro de 2021, os tributos a recolher da Companhia tiveram um aumento de 20,47% ou R\$ 12,9 milhões, passando de R\$ 63,2 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 76,2 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu, principalmente, pela variação positiva de ICMS a pagar em função das vendas maiores em 2021 comparado a 2020.

Receita diferida

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021, a receita diferida da Companhia sofreu uma redução de 39,73% ou R\$ 10,3 milhões, passando de R\$ 25,9 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 15,6 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu, principalmente, devido à apropriação dessas receitas ao resultado do exercício.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo não circulante da Companhia sofreu um aumento de 9,37% ou R\$ 90,0 milhões, passando de R\$ 961,7 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 1.051,8 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu, principalmente, pelos fatores descritos abaixo em “Empréstimos e financiamentos” e “Provisão para litígios e demandas judiciais”.

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2021, os empréstimos e financiamentos da Companhia tiveram um aumento de 25,48% ou R\$ 81,9 milhões, passando de R\$ 321,3 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 403,1 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu, principalmente, em função das novas captações ocorridas no exercício e também, ao alongamento das dívidas existentes.

Arrendamentos a pagar

Em 31 de dezembro de 2021, os arrendamentos a pagar da Companhia tiveram uma redução de 2,64% ou R\$ 11,1 milhões, passando de R\$ 419,6 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 408,5 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu, devido à amortização de parcelas no período.

Provisão para litígios e demandas judiciais

Em 31 de dezembro de 2021, a provisão para litígios e demandas judiciais da Companhia sofreu um aumento de 4,70% ou R\$ 21,2 milhões, passando de R\$ 155,4 milhões em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 176,7 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu, principalmente, pela atualização monetária de processos tributários e pela entrada de novos processos trabalhistas.

Outras obrigações

Em 31 de dezembro de 2021, as outras obrigações da Companhia tiveram uma redução de 72,33% ou R\$ 15,9 milhões, passando de R\$ 22,0 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 6,0 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação ocorreu, principalmente, devido à adequação ao cronograma de pagamento, passando parcelas do passivo não circulante para o passivo circulante.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido da Companhia refletiu uma redução de 1,57%, passando de R\$ 872,7 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 859,0 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa variação reflete principalmente o prejuízo líquido durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 de R\$93,0, e um aumento em virtude do adiantamento para futuro aumento de capital social de R\$70,2 milhões e variação de operações com instrumentos financeiros de R\$ 6,7 milhões.

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

(em R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2020	AV (%)	Em 31 de dezembro de 2019	AV (%)	AH (%)
ATIVO					

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Ativo Circulante	1.738.232	51,85%	2.375.553	71,84%	-26,83%
Caixa e equivalentes de caixa	526.932	15,72%	725.498	21,94%	-27,37%
Títulos e valores mobiliários	388	0,01%	515	0,02%	-24,66%
Contas a receber de clientes	656.132	19,57%	872.491	26,38%	-24,80%
Estoques	274.877	8,20%	441.670	13,36%	-37,76%
Tributos a recuperar	180.988	5,40%	276.692	8,37%	-34,59%
Outros créditos	98.915	2,95%	58.687	1,77%	68,55%
Ativo Não circulante	1.568.694	46,79%	1.644.515	49,73%	-4,61%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	74.817	2,23%	69.525	2,10%	7,61%
Tributos a recuperar	560.554	16,72%	550.052	16,63%	1,91%
Depósitos judiciais	142.035	4,24%	133.404	4,03%	6,47%
Títulos e valores mobiliários	34.271	1,02%	57.011	1,72%	-39,89%
Imobilizado	133.326	3,98%	176.488	5,34%	-24,46%
Intangível	85.549	2,55%	109.919	3,32%	-22,17%
Ativo de direito de uso	538.142	16,05%	548.116	16,57%	-1,82%
TOTAL DO ATIVO	3.306.926	98,64%	4.020.068	121,57%	-17,74%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Passivo Circulante	1.472.508	47,42%	1.546.891	43,00%	-4,81%
Fornecedores	366.543	11,81%	427.221	10,69%	-14,20%
Fornecedores convênio	107.387	3,46%	108.077	3,66%	-0,64%
Empréstimos e financiamentos	541.497	17,44%	418.123	14,33%	29,51%
Arrendamentos a pagar	164.908	5,31%	262.179	5,10%	-37,10%
Salários, provisões e contribuições sociais	69.165	2,23%	105.875	2,31%	-34,67%
Tributos a recolher	63.214	2,04%	57.715	2,27%	9,53%
Aluguéis, condomínios e fundo de promoção a pagar	18.358	0,59%	23.421	0,77%	-21,62%
Instrumentos financeiros	6.913	0,22%	1.081	0,00%	539,50%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	297	0,01%	9.203	0,16%	-96,77%
Receita diferida	25.990	0,84%	15.746	0,47%	65,06%
Outras obrigações	108.236	3,49%	118.250	3,23%	-8,47%
Passivo Não circulante	961.731	30,97%	1.053.171	31,37%	-8,68%
Empréstimos e financiamentos	321.272	10,35%	531.768	12,02%	-39,58%
Arrendamentos a pagar	419.555	13,51%	307.433	12,18%	36,47%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Provisões para litígios e demandas judiciais	155.425	5,01%	145.015	5,27%	7,18%
Receita diferida	43.448	1,40%	39.693	1,65%	9,46%
Outras obrigações	22.031	0,71%	29.262	0,18%	-24,71%
Patrimônio Líquido	872.687	28,11%	1.420.006	25,62%	-38,54%
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.306.926	106,50%	4.020.068	100,00%	-17,74%

ATIVO

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou uma redução no total do ativo de 17,7% ou R\$ 713,1 milhões em relação a 31 de dezembro de 2019.

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante da Companhia refletiu uma redução de 26,8% ou R\$ 637,3 milhões, passando de R\$ 2.375,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 1.738,2 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa redução ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo nos itens “Caixa e equivalentes de caixa”, “Contas a receber” e “Estoques”.

Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2020, o caixa e equivalente de caixas da Companhia apresentou uma redução de 27,4% ou R\$ 198,6 milhões, passando de R\$ 725,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 526,9 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação ocorreu, principalmente, devido ao impacto da pandemia nos resultados da Companhia os quais foram em grande parte mitigados pela liberação de capital de giro.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2020, as contas a receber da Companhia sofreram uma redução de 24,8% ou R\$ 216,3 milhões, passando de R\$ 872,5 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 656,1 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação ocorreu, principalmente, devido à queda de vendas e oscilações nos níveis de inadimplência e baixas de contas a receber incobráveis.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2020, os estoques da Companhia tiveram uma redução de 37,8% ou R\$ 166,8 milhões, passando de R\$ 441,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 274,9 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação ocorreu, principalmente, devido à estratégia de redução estrutural dos estoques, com o intuito de impulsionar as vendas mesmo frente à pandemia do Covid-19, e garantir uma importante liberação de capital de giro.

Tributos a recuperar

Em 31 de dezembro de 2020, os tributos a recuperar da Companhia sofreram uma redução de 34,6% ou R\$ 95,7 milhões, passando de R\$ 276,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 181,0 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa redução ocorreu, principalmente, pela compensação crédito fiscal de PIS/COFINS.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo não circulante da Companhia sofreu uma redução de 4,6% ou R\$ 75,8 milhões, passando de R\$ 1.644,5,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 1.568,6 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu, principalmente, devido aos fatores descritos abaixo, com destaque para os itens “Títulos e valores mobiliários” e “Imobilizado”.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2020, os depósitos judiciais da Companhia tiveram um aumento de 6,5% ou R\$ 8,6 milhões, passando de R\$ 133,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 142,0 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu, principalmente, devido a atualização monetária de depósitos tributários.

Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2020, os títulos e valores mobiliários da Companhia sofreram uma redução de 39,9% ou R\$ 22,7 milhões, passando de R\$ 57,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 34,2 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa redução ocorreu, principalmente, devido às menores dívidas com garantia em cash-collateral, uma vez que houve amortização ou renegociação de grande parte de tais dívidas.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2020, o imobilizado da Companhia sofreu uma redução de 24,5% ou R\$ 43,2 milhões, passando de R\$ 176,5 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 133,3 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa redução ocorreu, principalmente, devido ao encerramento de lojas durante o período e pelos menores investimentos no período.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2020, o intangível da Companhia teve uma redução de 22,1% ou R\$ 24,3 milhões, passando de R\$ 109,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 85,5 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa redução ocorreu, principalmente, devido às maiores amortizações dos investimentos em *softwares* e baixas de intangível, e pelos menores investimentos no período.

Ativo de direito de uso

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo de direito de uso da Companhia sofreu uma redução de 1,8% ou R\$ 10,0 milhões, passando de R\$ 548,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 538,1 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação ocorreu devido à amortização do período, atenuados pelas renegociações estruturais de contratos de aluguéis.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou uma redução no total do passivo e patrimônio líquido de 17,7% ou R\$ 713,1 milhões em relação a 31 de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu, principalmente, devido aos prejuízos do exercício de 2020 e menores patamares nas rubricas “Fornecedores” e “Empréstimos e financiamentos”.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante da Companhia refletiu uma redução de 5,4% ou R\$ 83,7 milhões, passando de R\$ 1.546,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 1.463,2 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa redução ocorreu, principalmente, devido à redução estrutural de estoques com menor saldo de fornecedores a pagar, redução de salários a pagar frente à redução de colaboradores e devido à renegociação estrutural de contratos de aluguéis, conforme mencionados nos itens “Fornecedores”, “Salários, provisões e contribuições sociais” e “Arrendamentos a pagar” abaixo, respectivamente.

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2020, os fornecedores da Companhia sofreram uma redução de 14,2% ou R\$ 60,7 milhões, passando de R\$ 427,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 366,5 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa redução está relacionada, principalmente, à redução estrutural de estoques.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Fornecedores convênio

Em 31 de dezembro de 2020, os fornecedores convênio da Companhia tiveram uma redução de 0,6% ou R\$ 690 mil, passando de R\$ 108,1 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 107,4 milhões em 31 de dezembro de 2020, sem flutuações expressivas.

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2020, os empréstimos e financiamentos da Companhia tiveram um aumento de 29,5% ou R\$ 123,3 milhões, passando de R\$ 418,1 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 541,5 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu, principalmente, em função de (i) necessidade de capital de giro da Companhia, frente aos impactos causados pela pandemia do Covid-19, e (ii) reclassificação do não circulante para o circulante da dívida relativo às notas promissória com o Banco Safra no valor de R\$60,9 milhões, em função da não manutenção da razão entre Dívida Líquida e EBITDA em até 3,5 vezes.

Arrendamentos a Pagar

Em 31 de dezembro de 2019, os arrendamentos a pagar da Companhia sofreram uma redução de 37,1% ou R\$ 97,3 milhões, passando de R\$ 262,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 164,9 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação ocorreu devido à renegociação estrutural de contratos de aluguéis, com alongamento do prazo dos contratos.

Salários, Provisões e Contribuições Sociais

Em 31 de dezembro de 2020, os salários, provisões e contribuições sociais da Companhia tiveram uma redução de 34,7% ou R\$ 36,7 milhões, passando de R\$ 105,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 69,2 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa redução ocorreu, principalmente, em função da redução de colaboradores e reorganização de posições.

Tributos a Recolher

Em 31 de dezembro de 2020, os tributos a recolher da Companhia tiveram um aumento de 9,5% ou R\$ 5,5 milhões, passando de R\$ 57,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 63,2 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu, principalmente, pela compensação de impostos ocorridos em janeiro de 2021, sendo que em 31 de dezembro de 2019 alguns impostos foram compensados contabilmente no próprio exercício.

Aluguéis, condomínios e fundo de promoção a pagar

Em 31 de dezembro de 2020, os aluguéis, condomínios e fundo de promoção a pagar da Companhia sofreram uma redução de 21,6% ou R\$ 5,0 milhões, passando de R\$ 23,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 18,4 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa redução ocorreu, principalmente, devido às renegociações efetuadas pela Companhia juntos aos proprietários dos imóveis, além do encerramento de lojas durante o período.

Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2020, os instrumentos financeiros tiveram um aumento de 539,5% ou R\$ 5,8 milhões, passando de R\$ 1,1 milhão em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 6,9 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu, principalmente, devido ao aumento do dólar durante o período.

Imposto de renda e contribuição social a pagar

Em 31 de dezembro de 2020, o imposto de renda e contribuição social a pagar da Companhia teve uma redução de 96,8% ou R\$ 8,9 milhões, passando de R\$ 9,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 297 mil em 31 de dezembro de 2020. Essa redução ocorreu, principalmente, em virtude do prejuízo tributável obtido pela Companhia e suas controladas em 2020, quando comparado a 2019.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Outras Obrigações

Em 31 de dezembro de 2020, as outras obrigações da Companhia refletiram uma redução de 8,5% ou R\$ 10,0 milhões, passando de R\$ 118,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 108,2 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa redução ocorreu, principalmente, pelo pagamento de R\$10,8 milhões de honorários advocatícios e menores valores de comissões de celulares vendidos em parceria com empresa terceira.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo não circulante da Companhia sofreu uma redução de 8,7% ou R\$ 91,4 milhões, passando de R\$ 1.053,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 961,7 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa redução ocorreu, principalmente, pelos fatores descritos abaixo em “Empréstimos e financiamentos” e “Provisão para litígios e demandas judiciais”.

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2020, os empréstimos e financiamentos da Companhia tiveram uma redução de 39,6% ou R\$ 210,5 milhões, passando de R\$ 531,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 321,3 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa redução ocorreu, principalmente, em função de (i) vencimentos de dívidas de curto prazo comparadas a 2019, e (ii) reclassificação do não circulante para o circulante da dívida relativo às notas promissória com o Banco Safra no valor de R\$60,9 milhões, em função da não manutenção da razão entre Dívida Líquida e EBITDA em até 3,5 vezes.

Arrendamentos a pagar

Em 31 de dezembro de 2019, os arrendamentos a pagar da Companhia tiveram um aumento de 36,5% ou R\$ 112,1 milhões, passando de R\$ 307,4 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 419,6 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu, devido à renegociação estrutural de contratos de aluguéis, com alongamento do prazo dos contratos.

Provisão para litígios e demandas judiciais

Em 31 de dezembro de 2020, a provisão para litígios e demandas judiciais da Companhia sofreram um acréscimo de 7,2% ou R\$ 10,4 milhões, passando de R\$ 145,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$ 155,4 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação ocorreu, principalmente, pela redução da provisão em função da suspensão da liminar em função da reforma da decisão que declara que a Companhia não tem o direito de excluir o PIS e COFINS da sua própria base, onde a Companhia efetuou a compensação de tais valores durante o segundo trimestre de 2020; e pelo acréscimo decorrente da provisão de contingência tributária referente contribuição social na controlada M Cartões e pela atualização monetária de processos tributários.

Receita diferida

Em 31 de dezembro de 2020, a receita diferida da Companhia sofreu um acréscimo de 9,5% ou R\$ 3,8 milhões, passando de R\$ 39,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 43,4 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação ocorreu, principalmente, devido à apropriação dessas receitas ao resultado do período, atenuado pela atualização monetária, tendo em vista que não houve aquisição de novas operações com receita diferida.

Outras obrigações

Em 31 de dezembro de 2019, as outras obrigações da Companhia tiveram uma redução de 24,7% ou R\$ 7,2 milhões, passando de R\$ 29,3 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 22,0 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa redução ocorreu, principalmente, devido à adequação ao cronograma de pagamento, passando parcelas do passivo não circulante para o passivo circulante.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia refletiu uma redução de 38,5%, passando de R\$ 1.420,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 872,7 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R\$ 547,3 milhões. Essa redução reflete principalmente o prejuízo líquido durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

Comparação entre os fluxos de caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2022	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2021	AH (%)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	495.970	154.140	221,77%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	-125.810	-123.891	1,55%
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	-390.901	-295.207	32,42%
Redução no caixa e equivalentes de caixa	-20.741	-264.958	-92,17%

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, houve uma redução no saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia de R\$ 20,7 milhões, comparado a uma redução no caixa e equivalentes de caixa de R\$ 265,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Essa variação deu-se, principalmente, pela variação ocorrida nas atividades operacionais.

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido das atividades operacionais apresentou um aumento de R\$ 341,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 comparado ao mesmo período de 2021, passando de uma geração de caixa nas atividades operacionais de R\$ 154,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para um caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de R\$ 495,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Essa variação deu-se, principalmente, em decorrência das variações ocorridas nas contas de fornecedores e obrigações com risco sacado, tributos a recuperar e contas a receber de clientes.

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos apresentou um aumento de R\$ 1,9 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 comparado ao mesmo período de 2021, passando de R\$ 123,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 125,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, permanecendo praticamente estável em ambos os exercícios.

Fluxo de caixa das atividades de financiamentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos apresentou uma variação de R\$ 95,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 comparado ao mesmo período de 2021, passando de uma aplicação de caixa de R\$ 295,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para uma aplicação de caixa de R\$ 390,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, decorrente principalmente da variação de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

empréstimos com instituições financeiras e obrigações com risco sacado, classificados como empréstimos e financiamentos.

Comparação entre os fluxos de caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2021	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2020	AH (%)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	154.140	214.757	-28,23%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	-123.891	-24.285	410,15%
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	-295.207	-389.038	-24,12%
Redução no caixa e equivalentes de caixa	-264.958	-198.566	33,44%

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, houve uma redução no saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia de R\$ 265,0 milhões, comparado a uma redução no caixa e equivalentes de caixa de R\$ 198,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Essa variação deu-se, principalmente, pela recomposição de estoques e recebíveis com retomada de atividades no varejo ao longo de 2021, que resultou em uma maior demanda de capital de giro, além da retomada de investimentos ao longo do ano.

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido das atividades operacionais apresentou uma redução de R\$ 60,6 milhões exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 comparado ao mesmo período de 2020, passando de uma geração de caixa nas atividades operacionais de R\$ 214,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para um caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de R\$ 154,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Essa variação deu-se, principalmente, em decorrência do aumento nas contas de estoques e contas a receber, conforme explicado no parágrafo anterior.

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos apresentou um aumento de R\$ 99,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 comparado ao mesmo período de 2020, passando de R\$ 24,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 123,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Essa variação deu-se, principalmente, em decorrência dos maiores investimentos em ativo imobilizado e intangível.

Fluxo de caixa das atividades de financiamentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos apresentou uma variação de R\$ 93,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 comparado ao mesmo período de 2020, passando de uma aplicação de caixa de R\$ 389,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para uma aplicação de caixa de R\$ 295,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Essa variação deu-se, principalmente, pelo aumento de captações de empréstimos no período, além de R\$70,2 milhões de adiantamento para futuro aumento de capital/aumento de capital social da Companhia, concluído em fevereiro de 2022.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Comparação entre os fluxos de caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2020	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2019	AH (%)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	214.757	155.967	37,69%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	-24.285	-59.961	-59,50%
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	-389.038	232.757	-267,14%
Redução no caixa e equivalentes de caixa	-198.566	328.763	-160,40%

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, houve redução no saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia de R\$ 198,6 milhões, comparado a um aumento no caixa e equivalentes de caixa de R\$ 328,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Essa variação deu-se, principalmente, que em dezembro de 2019, a Companhia realizou um aumento de capital de R\$ 550 milhões, o que possibilitou importante desalavancagem financeira da Companhia, assim como melhoria na sua estrutura de capital de giro, em conjunto com a redução de caixa oriundo das atividades operacionais.

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido das atividades operacionais apresentou um aumento de R\$ 58,8 milhões exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 comparado ao mesmo período de 2019, passando de uma geração de caixa nas atividades operacionais de R\$ 156,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para um caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de R\$ 214,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essa variação deu-se, principalmente, em decorrência do prejuízo líquido apurado em 2020, assim como da variação na linha de fornecedores, estoques e contas a receber.

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos apresentou uma redução de R\$ 35,7 milhões ou redução de 59,5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 comparado ao mesmo período de 2019, passando de R\$60,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 24,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essa variação deu-se, principalmente, em decorrência dos menores investimentos em ativo imobilizado e intangível e da variação de títulos e valores mobiliários classificados como atividades de investimentos.

Fluxo de caixa das atividades de financiamentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos apresentou uma variação de R\$ 621,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 comparado ao mesmo período de 2019, passando de uma geração de caixa de R\$ 232,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para uma aplicação de caixa de R\$ 389,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essa variação deu-se, principalmente, que em dezembro de 2019, a Companhia realizou um aumento de capital de R\$ 550 milhões, o que possibilitou importante desalavancagem financeira da Companhia, assim como melhoria na sua estrutura de capital de giro.

2.2 Resultados operacional e financeiro

a) Resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Administração entende que a receita operacional da Companhia é diretamente afetada por inúmeros fatores, incluindo aspectos macroeconômicos como a atividade econômica do país e a taxa de desemprego da população, o que impacta diretamente as vendas nos segmentos da Companhia atua. Além disso, diversos outros fatores podem afetar a receita da Companhia, como o aumento da concorrência em seus mercados, a capacidade de pagamento dos clientes e o aumento dos custos dos insumos.

Projetos relacionados ao fortalecimento da cultura corporativa e melhorias no produto e na experiência do cliente em todos os pontos de contato continuaram sendo trabalhados. Lançamos um novo modelo de loja, privilegiando a interação digital e a omnicanalidade, hoje comprovadamente bem-sucedido e pronto para *rollout*; e a pauta digital avançou de forma acelerada, tendo alcançado importante marcos, conforme abaixo:

- ACELERAÇÃO DO APP, que atingiu 18,9 milhões de downloads e representou 72,9% das vendas do segmento Digital no 4T22.
- LANÇAMENTO DO Mbank, com a digitalização dos produtos existentes, a caminho do lançamento da conta digital e ampliação da oferta de produtos financeiros.
- ATUALIZAÇÕES NA MALHA LOGÍSTICA em São Paulo. O novo modelo de CD para o E-commerce reduziu em 35% o prazo de entrega para a nossa cliente em São Paulo E EM 25% a nível Brasil, além da redução em 15% do custo logístico.
- CONSOLIDAÇÃO DO SHIP FROM STORE E CLICK AND COLLECT, com o ship from ativo em 55 lojas e o cliquei e retire disponível em 100% do nosso parque de lojas.
- RENTABILIZAÇÃO DO CANAL DE VENDAS. Diminuição da participação das plataformas digitais em 2022, -4,0% p.p vs 2021, estratégia comercial da Companhia para tornar o canal saudável;

Além da estratégia digital da Companhia, em 2022, avançamos com nossa estratégia de melhoria proposta de valor comercial que incluíram uma evolução significativa no nosso programa de relacionamento com fornecedores e melhorias no mix e qualidade de produtos ofertados. Essa estratégia combinada principalmente à gestão de estoque mais eficiente, nos permitiu reduzir significativamente o nível de remarcação de produtos e melhorar gradativamente a performance de vendas.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados das operações da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram e continuarão a ser influenciados pelos seguintes principais fatores:

- crescimento real do produto interno bruto (PIB) e poder de compra dos consumidores;
- inflação;
- taxa de câmbio;
- comportamento de compra do consumidor;
- sazonalidade;
- clima; e
- reflexos da pandemia do Covid-19 devido ao fechamento de lojas e queda de fluxo em lojas com reabertura e retomada gradual das atividades nos anos seguintes.

2.2 Resultados operacional e financeiro

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A Companhia entende que o fator determinante da variação da receita operacional líquida do varejo, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 foi o menor fluxo em de clientes em lojas, o aumento da inflação e desemprego, que consequentemente impactou a confiança do consumidor (principalmente o público-alvo da Companhia). Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o impacto negativo decorreu dos impactos causados pela pandemia da COVID-19, conforme mencionado anteriormente. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, não houve variações significativas de receitas que são diretamente atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, abertura e fechamento de lojas, bem como alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

A Companhia entende que o fator determinante da variação da receita operacional líquida do varejo, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi o menor fluxo em de clientes em lojas, o aumento da inflação e desemprego, que consequentemente impactou a confiança do consumidor (principalmente o público-alvo da Companhia). Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o impacto negativo decorreu dos impactos causados pela pandemia da COVID-19, conforme mencionado anteriormente. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, não houve variações significativas de receitas que são diretamente atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, abertura e fechamento de lojas, bem como alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a receita operacional líquida do negócio de varejo obteve aumento de 11% ante o mesmo período de 2021, alcançando R\$ 2.235.294.424,94, devido principalmente a melhoras nas negociações com fornecedores, melhor oferecimento de produtos e eficiência na gestão de estoques, permitindo a Companhia a melhorar sua receita. No conceito mesmas lojas, a receita líquida do varejo apresentou aumento de 11,2% no período.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a receita operacional líquida do negócio de varejo obteve aumento de 20,7% ante o mesmo período de 2020, alcançando R\$20.014,4 milhões, devido principalmente a retomada de atividades ao longo do ano, apesar dos reflexos da pandemia do Covid-19 e lojas fechadas no período e restrição de horário ainda no início de 2021. No conceito mesmas lojas, a receita líquida do varejo apresentou aumento de 21,6% no período.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a receita operacional líquida do negócio de varejo obteve diminuição de 26,0% ante o mesmo período de 2019, alcançando R\$ 1.669,5 milhões, devido principalmente ao menor fluxo em lojas, em função dos reflexos da pandemia do Covid-19 e lojas fechadas no período e restrição de horário. No conceito mesmas lojas, a receita líquida do varejo apresentou redução de 24,3% no período.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

A taxa de câmbio pode impactar os nossos custos uma vez que a Companhia importa mercadorias para revenda, cerca de 11% do mix de produtos vem de fornecedores internacionais. Além desta relação direta, nossos fornecedores nacionais também importam insumos ou têm seus insumos cotados em moedas internacionais, tais como o algodão e fios sintéticos. A fim de mitigar tais impactos, a companhia possui a prática de hedge de importados, nos termos definidos em sua Política de Risco.

Uma variação na taxa de juros, por sua vez, impacta nosso resultado financeiro líquido, uma vez que o serviço da dívida está majoritariamente indexado às variações da taxa CDI, conforme demonstrado no item 2.1(f) do Formulário de Referência.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Para as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, a Companhia informa que não houve mudanças significativas nas práticas contábeis.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Para as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, a Companhia informa que não houve efeitos significativos em decorrência das alterações nas práticas contábeis.

(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve quaisquer ressalvas e ênfases nos pareceres dos auditores independentes para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Em 31 de dezembro de 2022, a seguinte ressalva e ênfases foram apresentadas pelos auditores:

Ressalva

Conforme divulgado na nota explicativa 20.4 das Demonstrações Financeiras emitidas em 29 de abril de 2023, a controlada indireta M CARTÕES – Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (“M Cartões”) possui processos judiciais e administrativo em que se pretende a anulação de autos de infração, com alegações de omissão de receita tributável nos exercícios de 2011, 2012 e 2015 para a cobrança de imposto de renda e contribuição social, os quais não foram registrados, com base na avaliação da diretoria de que a probabilidade de perda é possível.

Em 14 de setembro de 2022, a M Cartões foi notificada de decisão desfavorável com relação ao auto de infração do exercício de 2012. Caso a referida decisão desfavorável tivesse sido avaliada com base nos requerimentos da Interpretação Técnica ICPC 22/IFRIC23 – Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a probabilidade de perda deveria ser classificada como provável. Consequentemente, na controladora o saldo de investimentos, o total do ativo não circulante e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022 estão superavaliados em R\$136.863 mil, e o prejuízo do exercício findo naquela data está subavaliado neste mesmo valor, e no consolidado o total do passivo não circulante está subavaliado e o patrimônio líquido está superavaliado em 31 de dezembro de 2022 em R\$136.863 mil, e o prejuízo do exercício findo naquela data, está subavaliado neste mesmo valor.

Ênfases

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 3.2, em decorrência da correção de erros relacionados: (i) critério de reconhecimento das receitas apuradas referente à anuidade bonificada na controlada M Cartões; (ii) registro de provisão para riscos oriundo de processo judicial transitado em julgado em 2020 com sentença desfavorável à M Cartões; (iii) reconhecimento indevido de receita decorrente do valor recebido pela M Cartões em função de parceria com terceiros ; e (iv) capitalização indevida de gastos no intangível da Marisa e da M Cartões, os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e ao balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$519.382 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e, conforme balanço patrimonial nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$174.824 mil.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2022 a controlada indireta M PAGAMENTOS S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (“M Pagamentos”) apresentava desenquadramento dos limites operacionais prudenciais em relação ao mínimo requerido pelo Banco Central do Brasil. Dessa forma, conforme mencionado na nota explicativa 36.3, em 27 de março de

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2023 a diretoria da M Pagamentos apresentou plano de reenquadramento junto à autarquia prevendo medidas para regularização de tais índices cuja homologação ocorreu em 24 de abril de 2023.

Conforme apresentado na nota explicativa 3, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa 36.3, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedade de seu grupo econômico foram disponibilizadas no item 1.12 deste Formulário de Referência.

(c) eventos ou operações não usuais

Todas as informações relevantes foram divulgadas das demonstrações financeiras da Companhia.

2.5 Medições não contábeis

(Reais)	Exercício social (31/12/2022)	Exercício social (31/12/2021)	Exercício social (31/12/2020)
Patrimônio Líquido	517.184.000,00	859.005.000,00	872.687.000,00
Ativo Total	3.104.952.000,00	3.352.448.000,00	3.306.926.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	2.749.921.000,00	2.518.386.000,00	2.108.081.000,00
Resultado Bruto	1.061.228.000,00	1.174.025.000,00	766.877.000,00
Resultado Líquido	-519.382.000,00	-93.037.000,00	-498.885.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	330.605.756	261.666.739	261.484.287
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	1,564353	3,282821	3,337436
Resultado Básico por Ação	(1,571001)	(0,355555)	(1,907897)
Resultado Diluído por Ação	(1,571001)	(0,355555)	(1,907897)

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Eventos subsequentes às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Encerramento da parceria com Itaú Unibanco S.A.

Em 9 de março de 2023, a controlada MCARTÕES encerrou seu contrato de parceria junto ao Itaú alinhado às necessidades de liquidez da Marisa no contexto no processo de otimização financeira e aprimoramento de estrutura de capital, as Partes decidiram encerrar a Associação com efeitos imediatos.

Para fins de liquidação antecipada do contrato, a Companhia cedeu e transferiu ao Itaú Unibanco, em nome da MCARTÕES, a titularidade em definitivo dos Créditos Futuros e valores performados da Companhia o equivalente a R\$52.820, cujo montante será utilizado pelo Itaú Unibanco para compensação das obrigações financeiras do Grupo Marisa decorrentes do Acordo de Associação e/ou de qualquer outro documento que tenha sido firmado entre as partes, bem como para liquidação do Contrato de Fiança dado à *Assurant* no valor de R\$30.000.

Venda de direitos creditórios

Conforme informado em Fato Relevante de 23 de março de 2023, a Companhia assinou um acordo para a venda para fundos de investimento geridos pela gestora Quadra Gestão de Recursos S.A. de parte dos direitos creditórios oriundos de processo judicial referente à não incidência de ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS, mencionados na nota explicativa nº 9.2.1, pelo preço *upfront* de R\$100,1 milhões (mais um adicional sujeito à confirmação de determinadas métricas) O valor de face dos créditos objeto deste acordo de R\$380,0 milhões ou 71,8% do saldo total. O saldo remanescente poderá ser consumido pelo valor de face na operação da Companhia ao longo do tempo ou ser negociado.

A finalização da Operação está condicionada ao cumprimento de determinadas condições usuais, incluindo a conclusão de due diligence pela Compradora e a assinatura dos documentos definitivos, entre outras, prevista para ocorrer em até 60 dias.

Encerramento de lojas e plano de capitalização do Mbank

Em 7 de fevereiro de 2023, a Companhia divulgou em fato relevante a contratação de duas assessorias devido ao processo de otimização financeira e aprimoramento de sua estrutura de capital, sendo a BR Partners Assessoria Financeira Ltda. para assessor no processo de renegociação de seu endividamento financeiro e a Galeazzi & Associados Cons. e Serv. de Gestão Empresarial Ltda. para apoiar no aperfeiçoamento da estrutura de custos da Companhia.

Em decorrência do aprimoramento do modelo de negócios, visando redução de custos e melhoria dos controles internos, a Administração da Companhia divulgou o encerramento em 2023 das operações de 91 lojas com resultados deficitários. Adicionalmente, em 31 de março de 2023, a Companhia divulgou em fato relevante o Plano de capitalização da M PAGAMENTOS apresentado ao Banco Central do Brasil, cuja homologação ocorreu em 24 de abril de 2023, o qual prevê uma reorganização operacional e societária completa que trará mais transparência e robustez para a estrutura de controle e gestão dos ativos de crédito. Tal reorganização societária e operacional envolverá a implementação das seguintes medidas:

- a) Aporte de recursos pelos controladores em valor suficiente para o enquadramento da M PAGAMENTOS aos limites operacionais prudenciais, sendo R\$ 90.000 realizado em abril de 2023 e R\$ 26.000 a ser realizado até agosto de 2023;
- b) A M CARTÕES passará efetivamente a ser apenas uma prestadora de serviços de adquirência, sendo que a M PAGAMENTOS passará a concentrar todas as atividades de serviços financeiros e passará, assim, a atuar de forma mais direta e transparente nas operações de crédito aos clientes da Companhia;
- c) A M CARTÕES passará por uma cisão parcial, com versão do acervo líquido positivo para a M PAGAMENTOS, de forma a reforçar a estrutura de capital da M PAGAMENTOS;
- d) O compartilhamento de custos e de receitas entre a Companhia e a M PAGAMENTOS será remodelado, de modo a prever uma estrutura equitativa considerando os respectivos custos e despesas dos braços financeiro e varejista.

2.7 Destinação de resultados

	2022	2021	2020
a) regras sobre retenção de lucros	<p>A Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, autorizando a assembleia geral a, por proposta da administração, deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado pela assembleia geral.</p> <p>Adicionalmente, qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá ser obrigatoriamente acompanhada de proposta de orçamento de capital previamente aprovado pelo conselho de administração.</p> <p>A Companhia detinha, além das reservas obrigatórias previstas na legislação, uma reserva para investimento, cujo saldo, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar 100% do capital social subscrito da Companhia</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, autorizando a assembleia geral a, por proposta da administração, deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado pela assembleia geral.</p> <p>Adicionalmente, qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá ser obrigatoriamente acompanhada de proposta de orçamento de capital previamente aprovado pelo conselho de administração.</p> <p>A Companhia detinha, além das reservas obrigatórias previstas na legislação, uma reserva para investimento, cujo saldo, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar 100% do capital social subscrito da Companhia.</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, autorizando a assembleia geral a, por proposta da administração, deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado pela assembleia geral.</p> <p>Adicionalmente, qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá ser obrigatoriamente acompanhada de proposta de orçamento de capital previamente aprovado pelo conselho de administração.</p> <p>A Companhia detinha, além das reservas obrigatórias previstas na legislação, uma reserva para investimento, cujo saldo, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar 100% do capital social subscrito da Companhia.</p>
a) i. valores das Retenções de Lucros	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não realizou retenções em seu lucro líquido tendo em vista o prejuízo apurado.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não realizou retenções em seu lucro líquido tendo em vista o prejuízo apurado.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não realizou retenções em seu lucro líquido tendo em vista o prejuízo apurado.
a) ii. Percentuais em relação aos lucros totais	Não aplicável, considerando que a Companhia apurou prejuízo no exercício social de 2022.	Não aplicável, considerando que a Companhia apurou prejuízo no exercício social de 2021.	Não aplicável, considerando que a Companhia apurou prejuízo no exercício social de 2020.
b) regras sobre a distribuição de dividendos	O estatuto social da Companhia previa que os acionistas teriam direito de	Em 31 de dezembro de 2021, o estatuto social da Companhia previa que os	Em 31 de dezembro de 2020, o estatuto social da Companhia previa

2.7 Destinação de resultados

	2022	2021	2020
	receber como dividendo obrigatório, naquele exercício, quantia equivalente a, no mínimo, 25% do lucro líquido anual.	acionistas teriam direito de receber como dividendo obrigatório, naquele exercício, quantia equivalente a, no mínimo, 25% do lucro líquido anual.	que os acionistas teriam direito de receber como dividendo obrigatório, naquele exercício, quantia equivalente a, no mínimo, 25% do lucro líquido anual.
c) periodicidade das distribuições de dividendos	<p>A política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos.</p> <p>A Companhia poderia levantar balanços semestrais ou intermediários, sendo que o Conselho poderia deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado naqueles balanços, bem como declarar dividendos intermediários a débito da conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes naqueles balanços ou no último balanço anual.</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia previa uma distribuição anual de dividendos.</p> <p>A Companhia poderia levantar balanços semestrais ou intermediários, sendo que o Conselho poderia deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado naqueles balanços, bem como declarar dividendos intermediários a débito da conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes naqueles balanços ou no último balanço anual.</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia previa uma distribuição anual de dividendos.</p> <p>A Companhia poderia levantar balanços semestrais ou intermediários, sendo que o Conselho poderia deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado naqueles balanços, bem como declarar dividendos intermediários a débito da conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes naqueles balanços ou no último balanço anual.</p>
d) restrições à distribuição de dividendos	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos (ressalvado o disposto nas escrituras de debêntures de emissão da Companhia, conforme descrito no item 18.5 deste Formulário de Referência) ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos (ressalvado o disposto nas escrituras de debêntures de emissão da Companhia, conforme descrito no item 18.5 deste Formulário de Referência) ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.
e) política de destinação de resultados	A Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados.	Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados.	Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a) descrição dos ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2022.

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2022.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2022.

(iv) contratos de construção não terminada

Não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2022.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2022.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social e ao período corrente.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

2.10 Planos de negócios

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos

Em 2022, a Companhia realizou investimentos em aquisições de imobilizado e ativo intangível que totalizaram R\$75.456, tendo sido realizados investimentos na ampliação das plataformas digitais e/ou remodelagem de lojas existentes e na melhoria dos sistemas e equipamentos de tecnologia e/ou equipamentos logísticos, entre outros. O financiamento de investimentos veio da geração própria de caixa e de empréstimos em bancos.

Em 2023, a Companhia estima investir R\$ 70 milhões destinados, em grande parte, ao fechamento de lojas como parte do Programa de Eficiência Operacional detalhado no item 1.1 deste formulário.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não houve a aquisição de quaisquer plantas, equipamentos ou outros ativos que possam influenciar de maneira significativa a capacidade produtiva da Companhia.

c. novos produtos e serviços

A Companhia está desenvolvendo um projeto para modernizar suas operações de Financial Services, com uma revitalização de seu portfólio incluindo a atualização e digitalização dos atuais produtos, com destaque à "Conta Digital". O desenvolvimento deste projeto, especificamente, foi absorvido pela atual operação e não demandou alocação de recursos adicionais relevantes.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia identificou oportunidades nas verticais de "Ambiental" (principalmente o descarte adequado de resíduos da operação, logística reversa das embalagens, e redução da pegada de carbono), "Social" (principalmente no aspecto de diversidade e inclusão, programas de treinamento contra assédio e melhor balanceamento em cargos de liderança) e "Governança" (principalmente em controles internos, e evitar multas e punições).

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional**2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional**

A Marisa investiu bastante em publicidade, propaganda e parcerias estratégicas, gastando um total de 105,2 milhões de reais. Esses investimentos foram feitos para promover a marca Marisa, divulgar seus produtos e serviços e alcançar um público maior.

Além disso, a Marisa também fez uma doação significativa de 0,3 milhão de reais para a instituição Amigos do Bem. Essa doação mostra que a empresa se preocupa com causas sociais e em ajudar comunidades em dificuldade.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- (a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos validada pelo Comitê de Auditoria e Riscos e aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 04 de outubro de 2022, a qual pode ser acessada no website de Relações com Investidores da Companhia (ri.marisa.com.br) e nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

Além da Política de Gerenciamento de Riscos, a Companhia possui práticas complementares de gestão de riscos fazem parte da sua administração e são constantemente revisadas com o objetivo de gerenciar os riscos aos quais a Companhia está exposta.

- (b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

- (i) os riscos para os quais se busca proteção**

As responsabilidades sobre os riscos e controles internos são divididas entre as três linhas existentes na Companhia, com o objetivo de gestão apropriada:

1ª Linha: é composta por todas as áreas de negócios e operacionais da Companhia, as quais são responsáveis por identificar e avaliar seus riscos, desenvolver e aplicar controles, monitorar continuamente o ambiente de riscos, reportar a materialização de eventos e estabelecer melhorias nos processos para gestão dos riscos, a exemplo da implementação de planos de ação. São, portanto, os responsáveis pela tomada de decisões quanto à gestão de riscos no dia a dia dos processos e atividades realizados na Companhia.

2ª Linha: é composta pelas áreas que possuem como responsabilidade realizar atividades de consultoria às demais áreas da Companhia no tocante à identificação e avaliação de riscos e controles, além de monitorar o ambiente de riscos e prover à Diretoria Executiva, ao Comitê de Auditoria e Riscos, o devido reporte e conclusões sobre as atividades realizadas. Essas áreas fornecem supervisão e suporte sobre as atividades de gerenciamento de riscos às áreas da 1ª Linha nos negócios e auxilia na implementação de mecanismos eficazes de gerenciamento de riscos para mitigar os riscos. Dentre as áreas que compõem esta linha de defesa estão a Gestão de Riscos e a de Compliance.

3ª Linha: é composta pela Auditoria Interna. A Auditoria Interna é responsável pela revisão e avaliação independente das 1ª e 2ª Linhas. Dessa forma, a função de 3ª Linha fornece garantia independente de que o negócio está efetivamente aplicando políticas e processos de gerenciamento de risco de acordo com as expectativas da Alta Administração da Companhia.

O processo de gerenciamento de riscos esta integrado à cultura, valores, estratégia, tomada de decisão, operação e

- (ii) os instrumentos utilizados para proteção**

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

O resultado final da avaliação é apresentado por meio de uma abordagem de matriz bidimensional e estabelece os níveis de criticidade dos riscos, a partir da combinação dos eixos de impacto e probabilidade, sendo cada um deles subdividido a partir de uma escala de 5 níveis da Régua de Impacto versus Probabilidade.

Análise de Probabilidade e Frequência estimada de materialização do risco			
Escala	Probabilidade	Frequência	Descrição
5 Quase Certo	90% < 100%	Mais de 1 vez por mês	É quase certo que irá acontecer. Histórico amplamente conhecido e com eventos recentes.
4 Provável	70% < 90%	Mais de 1 vez por semestre até 1 vez por mês	É mais provável que o evento ocorra do que não ocorra. Histórico parcialmente conhecido.
3 Possível	30% < 70%	1 vez por ano a uma vez por semestre	Pode ocorrer em algum momento, frequência reduzida. Existe histórico de ocorrência.
2 Baixa	10% < 30%	Menos de uma vez por ano	Chance pequena de que o evento ocorra
1 Raro	< 10%	Menos de uma vez em 5 anos	Chances remotas (raras) de que o evento ocorra

Posteriormente à avaliação de riscos, é definido o tratamento que será dado aos riscos e como estes devem ser monitorados e comunicados às diversas partes envolvidas. Tratar os riscos consiste em decidir entre aceitá-lo, eliminá-lo, reduzi-lo ou transferi-lo.

No processo de aceitação de riscos considera-se que o nível atual do risco está abaixo do apetite ao risco estabelecido e é assumido pela Companhia, não existindo ações definidas para seu tratamento. Nesse caso, a decisão deve ser submetida à aprovação de acordo com a alçada descrita a seguir:

Criticidade do Risco	Alçada de Aprovação
Alto	Conselho de Administração
Significativo	Presidente
Moderado	Vice-Presidência
Baixo	Diretoria

Compreendem políticas e procedimentos elaborados para assegurar que as diretrizes e os objetivos definidos pela Companhia para minimizar seus riscos estão sendo observados nas atividades executadas. As atividades de controle ocorrem em todos os níveis da Companhia e abrangem atividades como aprovações, autorizações, limites de alçada, verificações, reconciliações, revisões de performance operacional, segurança de ativos e segregação de funções. Representam as práticas utilizadas pela Companhia para capturar e transmitir as informações pertinentes, em formato e prazo que possibilitem a execução das responsabilidades dos administradores, funcionários, estagiários e prestadores de serviços alocados fisicamente nas dependências da Companhia. Dessa forma, as práticas de controle sobre os sistemas de informação devem garantir a relevância, a disponibilidade, o acesso e a exatidão das informações. As áreas de Gestão de Riscos e Compliance reportarão o panorama geral de riscos na Companhia ao Diretor Presidente e ao Comitê de Auditoria e Riscos para que estes possam, dentre outros objetivos:

- emitir alertas quando ações corretivas se fizerem necessárias;
- apontar áreas de risco que precisam de atenção;
- compartilhar melhores práticas;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- alertar o departamento de Auditoria Interna sobre áreas de risco, que podem precisar de revisão nos controles internos; e
- monitorar a execução dos planos de ação, prazos e seus respectivos responsáveis e ser informado quando o prazo estabelecido não for cumprido.

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura do gerenciamento de riscos da Companhia é diretamente composta pelas seguintes áreas: Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Riscos, Diretoria, Diretor Presidente, Gestão de Riscos e Auditoria Interna. Além destes, também fazem parte da estrutura o Colaborador da Companhia, assim como o Gestor Responsável.

Competem a estes órgãos as seguintes responsabilidades:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- Definir o apetite a riscos, ou seja, o grau de exposição a Riscos que a Companhia está disposta a aceitar para atingir seus objetivos;
- Definir a estratégia da Companhia para atendimento de seus objetivos de negócio;
- Conhecer o portfólio de riscos estratégicos;
- Aprovar os riscos priorizados e as devidas estratégias de tratamento e/ou monitoramento;
- Aprovar a resposta ao risco caso esta seja aceitar e o risco tenha criticidade “Alto”;
- Aprovar a Política de Gestão de Riscos, assim como suas revisões;
- Supervisionar, com suporte dos comitês estatutários, a efetividade da estrutura e do processo de Gestão de Riscos da Marisa.

COMITÊ DE AUDITORIA E RISCOS - ESTATUTÁRIO

- Revisar a Política de Gestão de Riscos Corporativos, formulando e avaliando propostas de alterações, submetendo-a à aprovação do Conselho de Administração;
- Acompanhar de forma sistemática a gestão de riscos e o cumprimento de seus objetivos;
- Avaliar as atividades da área de Gestão de Riscos e Controle Interno da Companhia;
- Avaliar a efetividade e a suficiência dos sistemas de controles e de gerenciamento de riscos operacionais;
- Acompanhar as mudanças na avaliação da criticidade dos riscos e reportar as variações significativas ao Conselho de Administração;
- Monitorar a execução dos planos de ação para o tratamento dos riscos, prazos e seus respectivos responsáveis;
- Recomendar à Diretoria Estatutária (Presidência e Vice-Presidências) a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;
- Avaliar, sob o enfoque de riscos, o plano de negócio da Companhia, e auxiliar na definição do correspondente apetite por risco; e
- Auxiliar nos processos de tomada de decisões estratégicas relacionadas à gestão de riscos;

DIRETORIA ESTATUTÁRIA (VICE-PRESIDÊNCIAS) E DIRETORIA EXECUTIVA

- Identificar riscos preventivamente e fazer sua necessária gestão, avaliando a probabilidade de ocorrência e adotando medidas para sua prevenção e minimização;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Aprovar a resposta ao risco, caso esta seja aceitar e o risco tenha criticidade “Moderado” (vice-presidência);
- Aprovar a resposta ao risco, caso esta seja aceitar e o risco tenha criticidade “Baixo” (respectiva Diretoria);
- Validar os riscos inerentes à operação da Marisa levando em consideração o seu impacto e sua probabilidade de ocorrência;
- Contribuir para a elaboração do relatório de riscos corporativos;
- Comunicar todos os riscos conhecidos à área de GESTÃO DE RISCOS, sejam eles novos ou não; e
- Acompanhar e interferir, caso necessário, o processo de execução dos Planos de Ação definidos;

PRESIDENTE

- Implementar as estratégias e diretrizes da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração;
- Respeitar as diretrizes de governança corporativa e políticas, assim como monitorar sua observância;
- Identificar riscos preventivamente e fazer sua necessária gestão, avaliando a probabilidade de ocorrência e adotando medidas para sua prevenção e minimização;
- Aprovar a resposta ao risco, caso esta seja aceitar e o risco tenha criticidade “Significativo”;
- Propor e implementar sistema de controles internos incluindo políticas e limites de alçada, alinhado ao nível de apetite e tolerância ao risco;
- Propor indicadores de sustentabilidade de suas operações, considerando fatores ambientais e sociais na execução de suas atividades;
- Patrocinar a implantação da gestão de riscos corporativos na Companhia; e

DONOS DOS RISCOS

- Contribuir para elaboração do relatório de riscos corporativos;
- Comunicar todos os riscos conhecidos à área de Gestão de Riscos sejam eles novos ou não;
- Estabelecer os Planos de Ação e assegurar a implementação dos mesmos;
- Elaborar as fichas de riscos e atualizá-las sempre que necessário;
- Revisar, periodicamente, o detalhamento técnico do risco, dos seus fatores, a avaliação do risco (impacto e probabilidade) e a resposta, considerando alterações nas ações mitigatórias existentes, conclusão da implantação dos planos de ação e de contingência e resultados das avaliações dos processos (ambiente de controle) relacionados ao risco;
- Efetuar reportes periódicos à área de Gestão de Riscos sobre o acompanhamento do risco sob sua responsabilidade (mudanças significativas na probabilidade e/ou impacto do risco ou em qualquer outra característica, bem como se identificados riscos não mapeados);
- Quando solicitado, efetuar reporte à Presidência, às Vice-Presidências, ao Comitê de Auditoria e Riscos e ao Conselho de Administração.

GESTÃO DE RISCOS

- Estabelecer e atualizar processos e políticas a serem utilizados na gestão de Risco Corporativo;
- Elaborar e revisar, periodicamente, a Governança de Gestão de Riscos;
- Propor critérios para identificação, avaliação e classificação dos riscos;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Propor e revisar a metodologia para o cálculo do apetite a risco;
- Atuar em conjunto com a Presidência, às Vice-Presidências, ao Comitê de Auditoria e Riscos e Conselho de Administração na discussão sobre a definição do apetite a risco e os níveis de tolerância aceitáveis;
- Elaborar, revisar e atualizar o portfólio de riscos sempre que houver atualizações na estratégia, quando acontecer dado evento relevante que demande atualização ou no mínimo anualmente;
- Auxiliar na definição dos Donos dos Riscos;
- Assessorar o Dono do Risco na definição de plano(s) de ação e/ou de contingência e na criação de indicadores para o monitoramento dos níveis de exposição dos riscos;
- Acompanhar mudanças relevantes na criticidade dos riscos e reportá-las à Presidência, às Vice-Presidências, ao Comitê de Auditoria e Riscos e ao Conselho de Administração;
- Consolidar a avaliação de Riscos;
- Elaborar relatórios e reportes acerca dos resultados do processo de Gestão de Riscos à Presidência, às Vice-Presidências, ao Comitê de Auditoria e Riscos e ao Conselho de Administração;
- Apoiar os gestores Responsáveis na definição e execução dos planos de ação e prazo necessários para tratamento dos Riscos e notificar os descumprimentos de acordo com as devidas alçadas; e
- Disseminar a cultura de Gestão de Riscos, conscientizando sobre a importância da gestão de riscos e a responsabilidade inerente aos colaboradores.

AUDITORIA INTERNA (Atribuições específicas do processo de Gestão de Riscos)

- Apoiar a Gestão de Riscos por meio de trabalhos especiais de auditoria interna na avaliação dos controles e dos processos atrelados aos riscos estratégicos e de negócio;
- Prover o Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria e Riscos e o Presidente com avaliações independentes, imparciais e tempestivas sobre a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança, da adequação dos controles e do cumprimento das normas e regulamentos associados às operações da Companhia;
- Subsidiar a área de Gestão de Riscos sobre os principais riscos e controles vigentes identificados durante suas revisões anuais por diversos processos de negócio, dentro de seu papel de avaliador independente do ambiente de controles internos e do desempenho das áreas de negócio;
- Efetuar testes nos controles internos com objetivo de avaliar a sua efetividade;
- Conhecer os riscos estratégicos, bem como quais deles foram priorizados e considerá-los como um dos critérios para a elaboração/atualização do Plano de Auditoria Interna.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Política de Gerenciamento de Riscos é revista quando necessário pela área de Gestão de Riscos com aprovação pelo Conselho de Administração, a fim de garantir a identificação de oportunidades/melhorias contínuas nos controles internos.

A Companhia ainda possui um Código de Conduta Ética, que orienta a maneira como colaboradores e executivos devem conduzir suas ações no ambiente empresarial, de forma a assegurar alto nível de qualidade no relacionamento com os próprios colaboradores, fornecedores, clientes, acionistas, governo e sociedade em geral.

Ademais, a Companhia tem um Canal de Denúncias fortalecido e confiável, com reforço das proteções de anonimato do denunciante, do sigilo e da integridade de toda informação fornecida e da rastreabilidade das informações relatadas.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Além disso, realiza uma extensa divulgação interna e externa do canal de denúncias da Companhia. Para apuração e investigação dos casos, utilizamos a Auditoria Interna, Prevenção de Perdas, Prevenção de Fraudes, especialistas externos, dentre outros, para realizar as atividades pertinentes.

5.2 Descrição dos controles internos

(a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

As ações ordinárias da Companhia estão listadas no segmento do Novo Mercado da B3 (categoria especial de listagem de companhias com o nível mais avançado de governança corporativa), de modo que a Companhia entende que os controles internos adotados para assegurar a elaboração de suas demonstrações financeiras são eficazes, confiáveis e satisfatório. A Companhia segue as melhores práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e também está atenta às novas tecnologias e investe em seus controles internos a fim de aprimorá-los e mantê-los em linha com as práticas atuais de mercado.

A Companhia busca melhorar a estrutura de governança corporativa e o aprimoramento e eficiência de seus controles internos de forma contínua. Dentre as iniciativas realizadas ou em andamento, destacam-se: (i) a implantação da estrutura de compliance e do programa de integridade; (ii) o aperfeiçoamento do canal de denúncias; (iii) a instituição de políticas relevantes; (iv) o aprimoramento das políticas e procedimentos; e (v) implementação da estrutura de Controles Internos.

Além disso, a Companhia definiu um processo de acompanhamento da implantação dos planos de ação decorrentes de deficiências identificadas da avaliação periódica da eficácia e efetividade operacional dos controles, de modo a verificar o status da implantação das melhorias nos controles e processos, bem como, identificar possíveis novos riscos.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

Dentre outras atribuições relacionadas ao ambiente de controles internos de cada grupo envolvido no processo de elaboração/revisão das demonstrações financeiras destacam-se as seguintes funções:

Diretor Financeiro/Administrativo

- (i) superintender e dirigir as atividades das áreas administrativas da Companhia, exceto recursos humanos;
- (ii) dirigir as áreas contábil, jurídica e de planejamento fiscal;
- (iii) propor as metas para o desempenho e os resultados das diversas áreas da Companhia e de suas controladas e coligadas;
- (iv) dirigir a área financeira da Companhia, decidindo sobre captações e aplicações de recursos financeiros;
- (v) manter atualizado o registro de companhia aberta da Companhia, cumprindo toda a legislação e regulamentação aplicável às companhias abertas; e
- (vi) comparecer às Assembleias Gerais, para responder aos pedidos de informações eventualmente formulados pelos Acionistas.

Comitê de Auditoria e Riscos:

De acordo com o seu regimento interno, compete ao Comitê de Auditoria e Riscos:

- (i) supervisionar, fiscalizar e acompanhar as atividades dos auditores independentes no cumprimento de suas funções, a fim de avaliar: (a) a sua independência; (b) a qualidade dos serviços prestados; e (c) sua adequação às necessidades da Companhia.
- (ii) verificar a qualificação dos auditores externos, incluindo a revisão dos serviços contratados pela Companhia (incluindo os de consultoria), com base em correspondência escrita, a ser submetida pelos auditores externos à Companhia, periodicamente;
- (iii) fazer recomendações ao Conselho de Administração sobre a contratação ou destituição do auditor

5.2 Descrição dos controles internos

- independente da Companhia para a elaboração de auditoria externa independente ou para quaisquer outros serviços;
- (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, com poderes para requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (a) a remuneração da administração; (b) a utilização de ativos da Companhia; e (c) as despesas incorridas em nome da Companhia.
 - (v) avaliar e monitorar, conjuntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações;
 - (vi) elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia, contendo a descrição: (a) das reuniões realizadas e dos principais assuntos discutidos; (b) das atividades, dos resultados e das conclusões alcançados pelo Comitê de Auditoria e Riscos, bem como suas recomendações; e (c) de quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria e Riscos em relação às demonstrações financeiras da Companhia.
 - (vii) auxiliar o Conselho de Administração e esclarecer dúvidas e a tomar medidas com relação às recomendações dos auditores internos e externos;
 - (viii) supervisionar, acompanhar e fiscalizar as áreas de: (a) auditoria interna; (b) de controles internos; e (c) de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de normas e políticas internas.
 - (ix) reunir-se periodicamente, com as áreas responsáveis pela gestão de riscos, controles internos e compliance da Companhia, objetivando avaliar a efetividade dos controles internos, dos processos e das estruturas de gerenciamento de riscos da Companhia e suas coligadas e/ou controladas;
 - (x) avaliar, quanto aos canais de comunicação de denúncia, a estrutura, procedimentos e controles para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos, bem como as normas internas aplicáveis à Companhia, verificando a existência e efetividade de procedimentos específicos para proteção do prestador de informações e confidencialidade da informação recebida e avaliando-se quanto a permissão de acesso irrestrito, público interno e/ou externo;
 - (xi) supervisionar o processo de reporte financeiro gerencial e demonstrações financeiras anuais, assegurando a propriedade e integridade dos sistemas internos adotados na preparação destes demonstrativos;
 - (xii) monitorar e avaliar a qualidade e integridade: (a) dos mecanismos de controles internos; (b) das informações financeiras trimestrais (ITR's), das demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras anuais da Companhia; (c) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis e não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras, propondo recomendações, caso julgue necessário.
 - (xiii) analisar demonstrações financeiras gerenciais e oficiais da Companhia, notadamente os informativos oficiais trimestrais (ITR's) e as demonstrações financeiras anuais, discutindo pontos de atenção e ajustes relevantes com a Diretoria Executiva e com auditores externos e reportando o resultado desta revisão ao Conselho de Administração;
 - (xiv) revisar e recomendar alterações visando melhoria das principais práticas contábeis utilizadas nos relatórios financeiros da Companhia;
 - (xv) revisar e avaliar a estratégia orçamentária anual da Companhia antes da aprovação do Conselho de Administração;
 - (xvi) acompanhar a evolução de processos fiscais, trabalhistas, cíveis e outros, em que as empresas

5.2 Descrição dos controles internos

do grupo da Companhia estejam envolvidas, mantendo reuniões periódicas com advogados, auditores e consultores;

- (xvii) revisar aspectos contábeis e financeiros mais significativos;
- (xviii) entender as implicações tributárias e financeiras envolvidas com a preparação das demonstrações financeiras, revisar critérios adotados pelos gestores e recomendar possíveis ações ao Conselho de Administração;
- (xix) assegurar-se quanto à propriedade dos sistemas contábeis relacionados com fluxo de dados e informações oriundos de controladas e coligadas, tendo em conta o reflexo dessas informações nas demonstrações financeiras da Companhia;
- (xx) assegurar a existência de critérios para avaliação, mapeamento e classificação de riscos e que os controles para gestão dos mesmos sejam adotados e executados de forma eficaz;
- (xxi) avaliar, monitorar e recomendar à administração da Companhia a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos internos da Companhia, incluindo a Política de Transações com Partes Relacionadas;
- (xxii) reunir-se separadamente com os auditores internos e externos, contadores e diretores financeiros da Companhia para verificar as práticas contábeis e procedimentos de controles internos da Companhia;
- (xxiii) familiarizar-se com a função de processamento eletrônico (tecnologia de informações) e de transmissão de dados (telecomunicações), com os controles existentes sobre informações e sistemas e efetuar recomendações, conforme aplicável; e
- (xxiv) realizar as demais atividades e funções atribuídas ao Comitê de Auditoria e Riscos pelas políticas, regimentos, manuais e códigos da Companhia.

Gestão de Riscos

- (i) Estabelecer e atualizar processos e políticas a serem utilizados na gestão de Risco Corporativo;
- (ii) Elaborar e revisar, periodicamente, a Governança de Gestão de Riscos;
- (iii) Propor critérios para identificação, avaliação e classificação dos riscos;
- (iv) Propor e revisar a metodologia para o cálculo do apetite a risco;
- (v) Atuar em conjunto com a Presidência, às Vice-Presidências, ao Comitê de Auditoria e Riscos e Conselho de Administração na discussão sobre a definição do apetite a risco e os níveis de tolerância aceitáveis;
- (vi) Elaborar, revisar e atualizar o portfólio de riscos sempre que houver atualizações na estratégia, quando acontecer dado evento relevante que demande atualização ou no mínimo anualmente;
- (vii) Auxiliar na definição dos Donos dos Riscos;
- (viii) Assessorar o Dono do Risco na definição de plano(s) de ação e/ou de contingência e na criação de indicadores para o monitoramento dos níveis de exposição dos riscos;
- (ix) Acompanhar mudanças relevantes na criticidade dos riscos e reportá-las à Presidência, às Vice-Presidências, ao Comitê de Auditoria e Riscos e ao Conselho de Administração;
- (x) Consolidar a avaliação de Riscos;
- (xi) Elaborar relatórios e reportes acerca dos resultados do processo de Gestão de Riscos à Presidência, às Vice-Presidências, ao Comitê de Auditoria e Riscos e ao Conselho de Administração;
- (xii) Apoiar os gestores Responsáveis na definição e execução dos planos de ação e prazo necessários para tratamento dos Riscos e notificar os descumprimentos de acordo com as devidas alçadas; e

5.2 Descrição dos controles internos

- (xiii) Disseminar a cultura de Gestão de Riscos, conscientizando sobre a importância da gestão de riscos e a responsabilidade inerente aos colaboradores.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A administração da Companhia é responsável por estabelecer e manter um controle interno eficaz das informações financeiras e pela avaliação da eficácia dos controles internos.

Conforme descrito no item 5.3(b) acima, a eficiência dos controles internos é supervisionada pelo Diretor Financeiro/Administrativo, de forma individual, e pelo Comitê de Auditoria e Riscos, de forma colegiada e consolidada.

Ainda assim, são executados testes periódicos para avaliar a eficácia e a efetividade dos controles internos, que são realizados pela área de Auditoria Interna, conforme plano anual aprovado pelo Comitê de Auditoria e Riscos.

(d) recomendações sobre os controles internos do auditor independente

Os auditores avaliam permanentemente os controles internos relevantes da Companhia para planejar procedimentos de auditoria apropriados e fazer recomendações à Companhia. Como resultado desse entendimento, os auditores emitiram uma carta sobre os controles internos da Companhia, em 29 de abril de 2023, com relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, que apontou as seguintes deficiências :

i. Ausência de registro de tributos a recolher referente aos autos de infração do Grupo Econômico, anos calendários de 2011, 2012 e 2015

Conforme divulgado na nota explicativa 20.4, a controlada indireta M CARTÕES – Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (“M Cartões”) possui processos judiciais e administrativo em que se pretende a anulação de autos de infração, com alegações de omissão de receita tributável nos exercícios de 2011, 2012 e 2015 para a cobrança de imposto de renda e contribuição social, os quais não foram registrados, com base na avaliação da diretoria de que a probabilidade de perda é possível.

Em 14 de setembro de 2022, a M Cartões foi notificada de decisão desfavorável com relação ao auto de infração do exercício de 2012. Caso a referida decisão desfavorável tivesse sido avaliada com base nos requerimentos da Interpretação Técnica ICPC 22/IFRIC23 – Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a probabilidade de perda deveria ser classificada como provável. Consequentemente, na controladora o saldo de investimentos, o total do ativo não circulante e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022 estão superavaliados em R\$136.863 mil, e o prejuízo do exercício findo naquela data está subavaliado neste mesmo valor, e no consolidado o total do passivo não circulante está subavaliado e o patrimônio líquido está superavaliado em 31 de dezembro de 2022 em R\$136.863 mil, e o prejuízo do exercício findo naquela data, está subavaliado neste mesmo valor.

Cabe mencionar que o tema em questão, foi objeto de ressalva no relatório de auditoria referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

ii. Reapresentação de valores correspondentes

No processo de preparação de suas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia identificou falhas em seus processos e controles os quais resultaram em ajustes contábeis relativos ao:

- (a) critério do reconhecimento das receitas apuradas referente à anuidade bonificada do cartão Private Label da Marisa pela controlada M CARTÕES no montante de MR\$1.338 e MR\$49.043 em 31 de dezembro de 2021 e 1º de janeiro de 2021, respectivamente;
- (b) registro de provisão para riscos oriundo de processo judicial transitado em julgado ocorrido em outubro de

5.2 Descrição dos controles internos

- 2020 com sentença desfavorável à M CARTÕES no valor de MR\$29.941 em 1º de janeiro de 2021, impactando no aumento de saldo de provisão de impostos de MR\$3.796 em 31 de dezembro de 2021;
- (c) critério de reconhecimento de receita decorrente do valor upfront recebido pela M CARTÕES decorrente de parceria com a Assurant no montante de MR\$7.478 e MR\$28.567 em 31 de dezembro de 2021 e 1º de janeiro de 2021, respectivamente; e
 - (d) capitalização indevida de despesas nas contas de ativo intangível nos montantes de MR\$8.671 e MR\$11.685 em 31 de dezembro de 2021 e 1º de janeiro de 2021, respectivamente.

Frente ao exposto acima, a Administração ajustou e reapresentou, conforme previsto na NBC TG 23 (IAS8) - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro, os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e saldos de abertura em 1 de janeiro de 2021, sendo os impactos apurados e refletidos de forma retrospectiva, conforme estabelecido pela NBC TG 26 (IAS1) - Apresentação das Demonstrações financeiras.

iii. Reclassificação do saldo referente ao processo que se refere ao mandado de segurança ajuizado em 2014, contestando a majoração da alíquota da CSLL de 9% para 15%

Em 27 de janeiro de 2023, tomaram conhecimento da requisição n. 75752-2023 do Banco Central do Brasil, onde a M CARTÕES foi requerida a manifestar-se sobre o processo nº 0001777-43.2014.4.03.6100 referente a mandado de segurança ajuizado em 2014 contestando a majoração da alíquota da CSLL de 9% para 15%, que entrou em vigor em 28.8.2009.

Efetuaram análise das respostas de circularização recebidas nas auditorias anteriores, bem como a correção das referidas respostas por parte dos advogados externos da Companhia, datada no início de fevereiro de 2023, e identificaram os seguintes aspectos:

- (a) em junho de 2020, houve o julgamento do mérito do leading case, com decisão desfavorável aos contribuintes;
- (b) em agosto de 2020 os advogados patronos da causa protocolaram petição de desistência da ação judicial; e;
- (c) em 2 de outubro de 2020, houve o trânsito em julgado do processo n. 0001777-43.2014.4.03.6100, com decisão final transitada em julgado desfavorável à M CARTÕES.

Considerando a análise descrita acima e as evidências obtidas quanto ao desfecho do processo, a Companhia concluiu pela necessidade de registro da provisão no exercício findo em 31 de dezembro 2020, no montante de R\$29.941 e da atualização monetária do montante principal, totalizando R\$41.509. Cabe mencionar que existe depósito judicial no mesmo montante. Ocorre que, porém, uma vez que já houve o trânsito em julgado da ação e que a diretoria está apenas aguardando o encerramento do processo para levantamento do valor depositado judicialmente, em favor da União Federal, entenderam que o montante deveria estar registrado na rubrica de "Tributos a Recolher".

iv. Melhoria nas atribuições do comitê de auditoria estatutária

Os auditores independentes da Marisa Lojas e controladas, apontaram em seu relatório que, desde o exercício de 2019, reportaram diversas fragilidades nos controles internos da Companhia, que não vem sendo tratadas tempestivamente pelos órgãos de Governança, principalmente àquelas relacionadas com as necessidades de melhorias no ambiente de tecnologia da informação. Cabe mencionar que tais fragilidades podem ter sido determinantes para que a Companhia tenha reapresentado os valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2021, uma vez que não foram implementados controles preventivos/detectivos suficientes para remediação tempestiva das inconsistências apresentadas.

Adicionalmente, em 05/05/2023, a Companhia recebeu notificação – Ofício 1361/2022-SLS da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, mencionando que os atuais membros do CAE teriam sido eleitos em 18/05/2022, no entanto, não

5.2 Descrição dos controles internos

há ata de reunião do Conselho de Administração ("CA"), correspondente a essa eleição e que, ainda, embora o CAE tenha sido tecnicamente instalado, a composição do órgão está inadequada frente aos dispositivos regulamentares aplicáveis.

Tal Ofício menciona, ainda, que a Companhia deveria: adequar a composição do CAE, observando-se os requisitos e vedações do Regulamento; apresentar as atas de eleição dos comitês; ajustar o regimento interno do CAE para refletir adequadamente as regras que tratam de competência e composição; além de ajustes ao Formulário de Referência de forma a refletir tais ajustes.

Recomendações: Implementação pela Administração e Governança da Companhia de controles eficazes que visem garantir que as atribuições do Comitê de Auditoria Estatutário sejam efetivamente colocadas em prática, à luz do Regimento Interno da entidade, além de garantir que o regulamento do Novo Mercado (segmento onde a Marisa está inserida na B3 S.A.) e que os itens requeridos da Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021, sejam acompanhados e atendidos, fortalecendo os controles internos, bem como minimizando o risco de eventuais: (i) distorções nas demonstrações financeiras; (ii) perdas financeiras à Companhia, e; (iii) questionamentos por parte dos órgãos reguladores.

v. Ausência de avaliação tempestiva dos eventos subsequentes ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras que originam ajustes

Durante os procedimentos de auditoria referente ao exercício findo em 31.12.2022, os auditores constataram alguns eventos subsequentes que originaram necessidade de ajustes nas demonstrações financeiras, como por exemplo:

- (a) Encerramento das operações de 91 lojas com resultados deficitários, em decorrência do aprimoramento do modelo de negócios, visando redução de custos e melhoria dos controles internos.
- (b) Em 28 de março de 2023, a Administração da Companhia foi notificada por um de seus assessores jurídicos externos, que o prognóstico de perda relacionado ao processo judicial que trata sobre o tema de ICMS supostamente devido ao Estado de São Paulo, sofreu alteração de "possível" para "provável", se fazendo necessário o registro contábil imediato. Este assunto foi registrado corretamente em 31 de março de 2023.

vi. Ausência de revisão nos inputs de preço e formalização nas alterações de preços dos produtos

Durante a auditoria de 2022, foi constatado que as análises de preços são efetuadas pelos analistas de planejamento, que encaminham para a aprovação da gerente de planejamento, inexistindo formalização de aprovação e de revisão do processo, visando garantir que todos os cadastros de preços foram inseridos corretamente no sistema.

As remarcações de preços são apresentadas semanalmente na reunião de Comitê de Performance, entretanto, não dependem de aprovação de seus participantes (áreas de negócio, diretores e VP comercial). Após aprovação da gerente de planejamento, os analistas realizam o input no sistema SAP, inexistindo formalização de revisão visando garantir que todas as alterações de preço foram cadastradas corretamente no sistema.

A ausência desse procedimento pode ocasionar vendas futuras com preços divergentes daqueles definidos pela Companhia, perdas de margem, risco real de manipulação dos preços.

vii. Valores pendentes de realização referente marketplace

Durante os procedimentos de auditoria em 31.12.2022, verificou-se que a Companhia mantinha registrado contabilmente saldo a receber de determinados Sellers no seu market place, no montante de MR\$6.089, sendo que as confirmações externas (circularizações) junto a tais parceiros resultaram em um total a receber de apenas MR\$836, gerando a diferença de MR\$5.253. Em entendimento com a Administração, foi informado que por serem

5.2 Descrição dos controles internos

parcerias novas, firmadas no início de 2021, a Cia. ainda não havia integrado esses valores de marketplace em seu sistema conciliador. A conciliação de forma manual não tinha sido feita corretamente.

viii. Fragilidade no controle relacionado à movimentação/ transferência de funcionários

Os auditores independentes apontaram que atualmente não existem controles que visão cobrir a movimentação/ transferência de funcionários promovidos/ movimentados entre as áreas da Companhia.

A fragilidade na detecção dos acessos indevidos provenientes de movimentações/ transferência de funcionários e terceiros entre as áreas da Companhia, podendo acarretar acessos não autorizados, execução de transações indevidas e/ou a acesso a informações confidenciais. Essa possibilidade de acesso pode ser ocasionada por profissionais que, porventura, não tenham seus acessos revisados, de forma a refletir suas atribuições atuais.

As deficiências no desenho e operação dos CGTIs alteraram a avaliação do auditor independente quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências suficientes e adequadas de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes a 31 de dezembro de 2022. Os impactos são similares às demais deficiências mencionadas nos itens abaixo.

Recomendações: revisão do controle de transferidos de forma a estabelecer um procedimento que avalie 100% das movimentações ocorridas no período e que permita confirmar que os acessos destes profissionais foram revisados, ajustados e estão condizentes com o novo cargo e as novas atividades exercidas pelo profissional após sua movimentação. Estabelecer na política de gerenciamento de contas quais critérios deverão ser considerados para identificar quais acessos, pertencentes a colaboradores transferidos, devem ser analisados após sua transferência. Deve-se formalizar e documentar toda e qualquer análise realizada durante a transferência dos profissionais. Esta documentação deve conter os detalhes da análise realizada pelo departamento de tecnologia e pelo gestor do departamento de destino, indicando se o perfil de acesso deve ser mantido ou alterado.

ix. Revogação de usuários desligados do processo de gestão de acessos (recorrente)

Os auditores independentes observaram que a Companhia e suas controladas apresentaram fragilidades no processo de revogação de acessos à usuários desligados, que, por sua vez nos sistemas CCM, Gesplan, SAP ECC e SAP Hybris. Foram identificados usuários seus acessos ativos nos sistemas escopo ou usuários que realizaram login após a data de desligamento.

A ausência da revogação dos acessos aos usuários desligados, permite com que o usuário já desligado pelo RH continue com seus acessos, podendo realizar alteração sistêmica de maneira indevida, sendo de forma acidental ou intencional. Desta forma, usuários sem a devida competência, responsabilidade e experiência, podem realizar operações no sistema que comprometam a integridade das informações processadas e o funcionamento deste.

Recomendações: Recomendamos que as revogações de acessos sejam de forma tempestiva ou automática, quando possível, como as concessões de acessos. De forma que o usuário desligado não tenha a possibilidade de acessar ou fazer qualquer tipo de alterações nos sistemas.

x. Concessão e manutenção de acessos a usuários privilegiados (recorrente)

Os auditores independentes identificaram usuários com acessos aos sistemas APData, Jira & Confluence, Power Center, SAP Hybris e SAP EWN, indicados como indevidos pela Companhia.

Usuários com autorização indevida ou inadequadas podem realizar atividades não desejáveis no sistema, impactando na integridade, disponibilidade e confidencialidade dos dados. Adicionalmente, por se tratar de usuários com perfis de administração, os acessos indevidos podem causar problemas de maior gravidade devido a possibilidade de realizar alterações em configurações críticas do sistema.

5.2 Descrição dos controles internos

Recomendações: concessão dos acessos aos sistemas após uma solicitação e aprovação formal em ferramenta, descrevendo os perfis necessários. Por fim, é importante que todos os acessos possuam log de utilização e que sejam revisados após o uso. É necessário instruir todos os profissionais envolvidos sobre a importância da gestão dos acessos e os riscos existentes quando houver falhas no processo.

xi. Fragilidade no processo de concessão de acessos (novo)

Identificamos duas fragilidades relacionadas ao controle de concessão de acessos:

- APData: Inspecionamos que não houve formalização (via ferramenta de chamado ou e-mail) para o processo de criação de um usuário.

A ausência de aprovação formal dos acessos solicitados/concedidos, compromete a segurança dos dados armazenados e processados na aplicação, uma vez que impossibilita confirmar que estes foram concedidos adequadamente e que seus acessos estão condizentes com o cargo e/ou atividade desempenhada pelo profissional.

Recomendações: revisão do processo de concessão de acesso, de forma a documentar/formalizar de maneira tempestiva a solicitação, a aprovação da atribuição do perfil de acesso concedido, bem como corroborar que somente os acessos solicitados foram efetivamente atribuídos ao usuário.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

i. Ausência de registro de tributos a recolher referente aos autos de infração do Grupo Econômico, anos calendários de 2011, 2012 e 2015

A Companhia entende que o não-provisionamento de valores relacionados aos Processos Tributários está de acordo com as regras contábeis aplicáveis e lastreado principalmente pelos pareceres emitidos por dois renomados escritórios independentes de advocacia (Mattos Filho e Emsenhuber Advogados Associados). Por se tratar de matéria essencialmente jurídica e apoiada na opinião de escritórios competentes para assessoria na matéria, a Administração da Companhia acompanha os advogados no entendimento de que a chance de perda deve ser classificada como "Possível", e portanto não requer provisionamento.

ii. Reapresentação de valores correspondentes

Conforme apresentado no item 5.2 (d) (ii), a Administração ajustou e reapresentou os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e saldos de abertura em 1 de janeiro de 2021.

iii. Reclassificação do saldo referente ao processo que se refere ao mandado de segurança ajuizado em 2014, contestando a majoração da alíquota da CSLL de 9% para 15%

A Companhia implementará esta reclassificação para 30 de junho de 2023.

iv. Melhoria nas atribuições do comitê de auditoria estatutária

Como parte do processo de auditoria, foi consenso entre os auditores e a Administração da Companhia que não existem todos os controles que mitiguem as fragilidades identificadas e discutidas ao longo do processo, com todas as instâncias de governança da Companhia.

Frente ao exposto acima, a Companhia vem tomando medidas de reforço em sua governança, conforme divulgado via comunicados de fato relevante, em maio de 2023, como a aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia de uma reorganização dos Comitês de Assessoramento, redesenhando a estrutura de seus comitês. Como parte deste plano, a composição do Comitê de Auditoria e Riscos, foi reforçada com a eleição de uma nova conselheira independente. O único membro do Comitê de Auditoria e Riscos representante

5.2 Descrição dos controles internos

do grupo de controle, retirou-se do comitê, e participará como membro ouvinte, de acordo com as normas do Novo Mercado, sendo os demais membros, todos independentes.

Os ajustes na composição e regimento interno do CAE já foram refletidos no Formulário de Referência, conforme Ofício.

Com base na recomendação do Comitê de Auditoria e Riscos, o Conselho de Administração aprovou o reforço da equipe de auditoria interna, com a elevação da posição hierárquica do gerente de auditoria e a contratação de quatro novos auditores, mantendo-se os serviços correspondentes à auditoria interna terceirizada. Adicionalmente, está sendo revista e reforçada a área de gestão de riscos, controles internos e compliance da Companhia. Ainda está em curso uma revisão de toda a estrutura de TI para garantir a efetividade dos sistemas de controle e geração de informações absolutamente fidedignas.

v. Ausência de avaliação tempestiva dos eventos subsequentes ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras que originam ajustes

A Companhia efetuou os ajustes contábeis conforme divulgado nas notas explicativas de 31 de dezembro de 2022 e de 31 de março de 2023.

vi. Ausência de revisão nos inputs de preço e formalização nas alterações de preços dos produtos

Em 2022, a Companhia implementou uma mudança no processo. Desde então as análises de preço são efetuadas pelo time de planejamento comercial de cada setor/subsetor e consolidadas pelo time de planejamento corporativo. A consolidação é aprovada pelo gerente divisional de planejamento comercial com base nos KPIs comerciais. Após a validação do time de planejamento corporativo, um novo arquivo é gerado com alguns validadores extras (a ser definido de acordo com a estratégia vigente). A mesma base final é também validada e confrontada com a primeira e a partir dela é gerado um arquivo para carregamento no SAP. A partir de agosto de 2023, será realizada uma extração da base de preços do SAP que será confrontada com o arquivo de base original.

vii. Valores pendentes de realização referente marketplace

A Companhia irá revisar e implementar melhorias nos procedimentos de conciliações para o exercício de 2023.

viii., ix., x. e xi.

Frente ao exposto nos apontamentos da auditoria nos itens 5.2 (d) - (viii), (ix), (x), (xi), os seguintes processos e ferramentas serão implantados no decorrer de 2023::

- Implementação de ferramenta de Gerenciamento de Acessos visa solucionar este cenário via integração com o Active Directory (AD), pois a ferramenta fará a inclusão e/ou remoção de acessos de acordo com o perfil dos colaboradores.
- Está em curso a adoção e integração de uma ferramenta para gestão de acessos. Além disso, também está em revisão o fluxo no RH, onde haverá a criação de uma atividade para o time responsável RH, e outra para o time da Central de Acessos, e estes executarem a ação de Bloqueio do acesso quando houver a solicitação de desligamento, via chamado.
- Para o sistema SAP Hybris está em desenvolvimento a Matriz de Perfis. Para os demais sistemas está sendo realizada a análise dos permissionamentos, e o que estava indevido foi removido em 28/02/2023.

5.3 Programa de integridade

(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

A Companhia possui políticas e procedimentos de integridade que têm como objetivo: (i) promover a cultura de ética e conformidade; (ii) implementar as melhores práticas de acordo com os mais altos padrões éticos; (iii) assegurar que as políticas e os procedimentos de cada área estejam devidamente formalizados e sejam observados por todos os funcionários da Companhia; e (iv) estabelecer uma cultura de gestão de riscos a fim de mitigá-los por meio da prevenção.

Tais práticas estão consolidadas (a) na Política de Transações com Partes Relacionadas; (b) na Política de Gerenciamento de Riscos; e, principalmente, (c) no Código de Conduta Ética da Companhia, todos os quais podem ser acessados no website de Relações com Investidores da Companhia (ri.marisa.com.br) e nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

(i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia são

- Auditoria interna. A Companhia conta com comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, responsáveis por apontar, classificar e acompanhar os riscos e os planos de ações decorrentes de eventuais riscos, sendo todo o trabalho acompanhado pelo Conselho de Administração e pela Diretoria da Companhia, conforme o caso; e
- Contratação de fornecedores. Os contratos com fornecedores da Companhia são formalizados mediante diligência prévia, que verifica questões relacionadas a licenças e autorizações legais, crédito e checagens de certidões, incluindo pesquisas no Cadastro Nacional de Empresas e Pessoas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Empresas Punidas e Tribunal de Contas.

A Companhia reavalia os riscos e adapta as suas políticas sempre que houver demanda das estruturas organizacionais envolvidas ou mudanças relevantes.

(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

O Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos da Companhia é o órgão máximo que monitora e avalia sistematicamente o funcionamento e a eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade. Além disso, o Comitê é responsável por:

- zelar pela observância e pelo cumprimento dos princípios éticos definidos pela legislação aplicável, bem como pelas normas internas da Companhia e por seu Código de Conduta Ética;
- acompanhar as ocorrências que envolvam condutas éticas praticadas pelos colaboradores da Companhia até a sua completa solução;
- orientar a respeito de possíveis soluções para conflitos que não estejam previstos no Código de Conduta Ética vigente;
- revisar e avaliar, de forma periódica, a adequação do Código de Conduta Ética e recomendar alterações ao Conselho de Administração sempre que julgar necessário;
- monitorar, através dos relatórios de denúncias recebidas, a consistência das ações praticadas pelos administradores da Companhia em relação aos princípios estabelecidos pelo Código de Conduta Ética;

5.3 Programa de integridade

- receber e avaliar queixas e denúncias, inclusive de natureza sigilosa e confidencial, internas e externas à Companhia, realizadas através do canal de denúncia da Companhia;
- determinar as medidas necessárias e adequadas para investigação dos fatos e das informações objeto de denúncias feitas através do canal de denúncia, de forma isenta e respeitando a integridade do denunciante e do denunciado; e
- fornecer suporte consultivo para as demais questões que envolvam o cumprimento de obrigações ético legais pela Companhia.

Além disso, o Comitê de Auditoria e Riscos da Companhia é responsável pelas verificações, monitoramento e revisões dos mecanismos e procedimentos de integridade. A Companhia ainda possui um canal de denúncias, conforme descrito abaixo. Para mais informações sobre os Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração, ver item 12.1 deste Formulário de Referência.

(iii) código de ética ou de conduta

A Companhia adota um Código de Conduta Ética ("**Código Marisa de Conduta Ética**"), cuja última revisão foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de março de 2022. O Código de Conduta se aplica a todos os administradores, empregados e colaboradores da Companhia, abrangendo, inclusive, clientes, prestadores de serviços e fornecedores, visando estabelecer os princípios éticos e de conduta que devem orientar as relações internas e externas da Companhia.

As sanções aplicáveis em caso de violação às regras do Código de Conduta ou à sua essência estão previstas na legislação civil, penal e trabalhista aplicável, podendo variar entre advertência, suspensão, destituição da função gerencial e dispensa do empregado.

As diretrizes e orientações contidas no Código de Conduta são de conhecimento de todos os colaboradores, dirigentes, temporários, jovens aprendizes e prestadores de serviços internos da Companhia, bem como dos demais públicos pertinentes.

O Código de Conduta pode ser acessado no website de Relações com Investidores da Companhia (ri.marisa.com.br) e nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

(b) canal de denúncia

A Companhia conta com um canal de denúncias, o qual pode ser acessado através do número de telefone 0800 701 6274, do email denuncia@marisa.com.br e site <https://www.canaldedenuncia.com.br/marisa/>. Referido canal é administrado pela empresa ICTS Outsourcing (Aliant), sendo as informações captadas e informadas ao departamento de *Compliance* da Companhia.

Exceto se por força de lei ou solicitação judicial, a Companhia garante, aos denunciantes, o sigilo das informações e/ou denúncias. Para cada registro ou caso, há um protocolo do assunto que pode ser acompanhado dentro dos limites legais e internos de informações, cabendo ao departamento de *Compliance* da Companhia acompanhar as apurações dos fatos.

A Companhia utiliza sistemas de tecnologia da informação e procedimentos de controles internos que asseguram o sigilo e confidencialidade e restringem o acesso de terceiros não autorizados, bem como garante que nenhum funcionário, colaborador, voluntário, contratado ou demais pessoas que reportem de uma suspeita ou violação de lei, regulamento, política ou do Código de Conduta, sofrerão qualquer retaliação, sanção, ou ação negativa.

(c) procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares

5.3 Programa de integridade

Em eventuais processos de fusão, aquisição e reestruturação societárias, a Companhia atua de forma a resguardar os seus melhores interesses, sendo que os procedimentos de *due diligence* são o principal mecanismo utilizado para identificar potenciais vulnerabilidades e riscos nas transações.

(d) razões pelas quais o emissor não adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adota regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.4 Alterações significativas

A Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia foi revisada no exercício de 2022, tendo sido validada pelo Comitê de Auditoria e Riscos em 26 de março de 2018 e aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 04 de outubro de 2022, formalizando assim as práticas de gerenciamento de riscos adotada pela Companhia.

5.5 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.